



SENADO FEDERAL

## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2013

### EDITAL

(Processo nº 021.262/11-0)

A **UNIÃO**, por intermédio do **SENADO FEDERAL**, doravante denominado SENADO, e este Pregoeiro, designado pela Portaria do Presidente do Senado Federal nº 3, de 2012, tornam pública, para conhecimento das empresas interessadas, na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto nº 5.450/2005, bem como da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, dos Atos da Comissão Diretora nºs 24/1998 e 10/2010 e, tendo em vista o que consta do Processo nº 021.262/11-0, a abertura de licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL ANUAL**, destinada à **prestação de serviço de Atendimento Especializado, com equipe técnica residente, para prestar serviço exclusivo aos usuários do Serviço Móvel Pessoal (SMP) do Senado Federal, durante 12 (doze) meses consecutivos.**

Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicados, far-se-á a abertura da Sessão Pública de Pregão Eletrônico, por meio de Sistema Eletrônico COMPRASNET.

**DATA: 21/02/2013.**

**HORÁRIO DE BRASÍLIA: 9:30 hs.**

**ENDEREÇO ELETRÔNICO: [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br)**

**OBSERVAÇÃO:** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes no sítio **[www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br)**.

## CAPÍTULO I – DO OBJETO

**1.1 – O presente pregão tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviço de Atendimento Especializado, com equipe técnica residente, para prestar serviço exclusivo aos usuários do Serviço Móvel Pessoal (SMP) do Senado Federal, durante 12 (doze) meses consecutivos, de acordo com os níveis de serviço definidos, os termos e especificações deste edital e seus anexos.**



## SENADO FEDERAL

**1.1.1** – Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no **CATSER** e as constantes deste edital prevalecerão as últimas.

## **CAPÍTULO II – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO**

**2.1** – Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI), por meio do sítio [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

**2.1.1** – Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à SLTI, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento, bem como receber as instruções detalhadas de sua correta utilização.

**2.1.2** – O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao SENADO responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**2.2** – Somente poderão apresentar proposta as empresas legalmente estabelecidas, especializadas no ramo, e que satisfaçam às condições deste edital e seus anexos.

**2.3** – Não poderão participar da presente licitação, direta ou indiretamente, empresas e/ou consórcios de empresas que, por qualquer motivo:

**2.3.1** - tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da administração pública, direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou distrital;

**2.3.2** - tenham sido punidas com a suspensão do direito de licitar ou impedidas de contratar com o Senado Federal, nos termos do art. 87 da Lei 8.666/1993;

**2.3.3** - estejam impedidas de licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002;

**2.3.4** - estejam elencadas no art. 9º da Lei nº 8.666/1993;

**2.3.5** - encontrem-se em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão ou incorporação.

## **CAPÍTULO III – DA VISTORIA**

**3.1** – É facultado à licitante interessada em participar deste pregão, mediante prévio agendamento junto ao órgão técnico, realizar vistoria técnica, **com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis**, contado da data marcada para a sessão pública, para



## SENADO FEDERAL

verificar as instalações e local aonde serão prestados os serviços e tomar conhecimento de todas as informações e condições para cumprimento das obrigações objeto desta licitação.

**3.1.1** – A vistoria deverá ser agendada junto à Secretaria de Telecomunicações, em horário comercial, pelo telefone (61) 3303-1662.

**3.1.2** – Caso a licitante opte por não realizar vistoria, deverá emitir declaração formal de dispensa de vistoria, assinada por seu responsável legal, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do objeto da presente licitação, assumindo total responsabilidade por essa opção.

**3.1.3** – A apresentação do Atestado de Vistoria, fornecido pelo(a) Serviço de Telefonia Móvel - SETM, ou da Declaração de Dispensa de Vistoria será obrigatória na fase de habilitação do certame.

## CAPÍTULO IV – DA PROPOSTA

**4.1** – A licitante deverá encaminhar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

**4.2** – A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, os **preços unitário por categoria, total mensal e total global anual da proposta**, observadas as especificações constantes dos anexos deste edital, expressos em algarismo arábico, na moeda Real, considerados apenas até os centavos, compreendendo todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto do contrato, em especial observada a legislação trabalhista, previdenciária, tributária e convenção coletiva de trabalho, bem como indicação do respectivo sindicato da categoria, data-base da categoria (dia/mês/ano), materiais, insumos, tributos e encargos sociais.

**4.2.1** – O arredondamento de valores e preços da presente licitação reger-se-á da seguinte forma, nos termos do Ato do Primeiro-Secretário nº 20/2010:

**a)** para os valores utilizados em operações matemáticas de somatório serão utilizadas duas casas decimais e para aplicação de índices de correção monetária serão utilizadas sete casas decimais.

**b)** quando a casa decimal imediatamente posterior à definida na letra ‘a’ for igual ou superior a cinco aumenta-se a casa decimal anterior em uma unidade, e quando for inferior a cinco permanecerá a mesma inalterada.

**4.3** – No campo “Descrição Detalhada do Objeto Ofertado”, deverão ser prestados todos os demais esclarecimentos necessários ao perfeito detalhamento do objeto.



## SENADO FEDERAL

**4.4** – A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital.

**4.5** - Serão desclassificadas as propostas que comprovadamente cotarem objeto diverso daquele requerido nesta licitação ou às que desatendam às exigências deste edital.

**4.6** – A licitante que se enquadre na definição de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa e queira se valer dos direitos de preferência previstos na Lei Complementar nº 123/2006 deverá declarar em campo próprio do sistema.

**4.7** – A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital, sem prejuízo de outras previstas em lei.

**4.8** – As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

**4.8.1** – Qualquer elemento que possa identificar a licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

**4.8.2** – Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

**4.9** – As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

**4.9.1** – Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

**4.10** – A apresentação da proposta implica a aceitação plena e total das condições deste edital e seus anexos.

## CAPÍTULO V – DA SESSÃO PÚBLICA

**5.1** – A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no sítio [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

**5.2** – Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

**5.3** – Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a



## SENADO FEDERAL

sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante de inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.

**5.4** – Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

**5.5** – No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

### **CAPÍTULO VI – DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

**6.1** – O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital.

**6.2** – Somente as licitantes com propostas apresentadas classificadas participarão da fase dos lances.

### **CAPÍTULO VII – DA FORMULAÇÃO DE LANCES**

**7.1** – Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e do valor consignados no registro de cada lance.

**7.2** – A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

**7.3** – Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

**7.4** – Em caso de empate, prevalecerá o lance recebido e registrado primeiro.

**7.5** – Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

**7.6** – Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, o lance cujo valor seja manifestamente inexeqüível.

**7.7** – O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta minutos), aleatoriamente



## SENADO FEDERAL

determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

### **CAPÍTULO VIII – DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E SOCIEDADES COOPERATIVAS**

**8.1** – Havendo participação de microempresas, empresas de pequeno porte e/ou sociedades cooperativas na sessão de lances, serão observados, antes da declaração da licitante vencedora, os critérios de preferência estabelecidos nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

**8.1.1** – Encerrada a fase de ofertas de lances, caso a melhor proposta não tenha sido ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa e houver proposta apresentada por alguma(s) dessas pessoas jurídicas, com valor até 5% (cinco por cento) superior à menor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:

**a)** a microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa será convocada a apresentar nova proposta inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do direito de preferência, situação em que, atendidas às exigências habilitatórias, será adjudicado a seu favor o objeto desta licitação;

**b)** não sendo vencedora a microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa mais bem classificada na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite fixado no “caput” deste subitem, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

**8.1.2** – Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

### **CAPÍTULO IX – DO JULGAMENTO**

**9.1** – O critério de julgamento adotado será o de **menor preço global anual**.

### **CAPÍTULO X – DA NEGOCIAÇÃO**

**10.1** – Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

**10.1.1** – A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.





SENADO FEDERAL

## CAPÍTULO XI – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

**11.1** – O Pregoeiro solicitará à licitante vencedora o reenvio de sua proposta de preço devidamente adequada ao último lance via fac-símile, para o número (61) 3303-1068, ou para o endereço eletrônico [copeli@senado.gov.br](mailto:copeli@senado.gov.br), cujo prazo máximo para atendimento será de 60 (sessenta) minutos, contados da solicitação.

**11.1.1** – A proposta de preços deverá estar acompanhada dos seguintes documentos:

**11.1.1.1 – Especificação da categoria, carga horária diária, preço mensal unitário por categoria, preço total mensal por categoria, preço global mensal e global anual da proposta**, expresso em algarismo arábico e na moeda Real, considerados apenas até os centavos, compreendendo todas as despesas e custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do contrato, observada a legislação trabalhista, previdenciária, tributária e convenção coletiva de trabalho, bem como indicação do respectivo sindicato da categoria, data base da categoria (dia/mês/ano);

**11.1.1.2 – Planilha de composição de custos e formação de preços, nos termos da Portaria nº 07/2011 do MPOG/SLTI**, com detalhamento de todos os elementos que influam no custo operacional, devendo ser cotados, no mínimo, todos os itens constantes do Anexo 03;

**11.1.1.2.1** – Deverá ser considerado o auxílio-alimentação no valor de R\$ 22,12 (vinte e dois reais e doze centavos), por dia útil de trabalho, fixado por decisão na 14ª Reunião de 2011 da Comissão Diretora, de 20/12/2011;

**11.1.1.2.2** – Deve ser apresentado memorial de cálculo para os itens da planilha de formação de custos por categoria, conforme Anexo 03, especialmente os variáveis, cujo cálculo depende de dados estatísticos e que não são decorrentes de obrigação legal. Este memorial será avaliado pelo Pregoeiro e equipe de apoio e serão efetuadas diligências, caso se entenda necessário.

**11.1.1.2.3 – Declaração expressa** de que estará apta a iniciar a execução dos serviços no prazo **de até 10 (dez) dias corridos**, a contar da assinatura do contrato.

**11.1.1.2.4** - A proposta de preços deverá ser formatada conforme modelo constante do Anexo 06, e estar acompanhada do instrumento de outorga de poderes ao representante legal da empresa que assinará o contrato.



## SENADO FEDERAL

**11.2** – Os documentos remetidos via fac-símile ou por meio eletrônico deverão ser encaminhados em original ou por cópia autenticada, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da solicitação do Pregoeiro, à **Secretaria da Comissão Permanente de Licitação do Senado Federal**, situada na **Via N-2, Bloco de Apoio II, Brasília-DF, CEP 70.165-900**.

**11.3** – A licitante detentora da proposta mais bem classificada que deixar de atender à solicitação prevista neste Capítulo, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

**11.4** – O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado, que não poderá ser superior ao valor estimado constante no Termo de Referência (Anexo 01), bem como sua adequação às especificações técnicas do objeto.

**11.4.1** – O Pregoeiro poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta.

**11.4.2** – Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital.

**11.4.3** – Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

## CAPÍTULO XII – DA HABILITAÇÃO

**12.1** – A habilitação das licitantes será verificada por meio do SICAF, do Nível I ao Nível IV do Cadastro de Pessoa Jurídica, e da documentação complementar especificada neste edital.

**12.2** – As licitantes que não atenderem às exigências do Cadastro de Pessoa Jurídica, do Nível I ao Nível IV, do SICAF deverão apresentar documentos que supram tais exigências.

**12.3** – As licitantes deverão apresentar a seguinte documentação complementar:

### **12.3.1 – CAPACIDADE TÉCNICA:**

**a) Registro no Conselho Regional de Administração – CRA**, para o exercício vigente na data da abertura da sessão pública de licitação;

**b) Atestado(s) de Capacidade Técnica** expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente registrados no Conselho Regional de





## SENADO FEDERAL

Administração – CRA da região a que estiver vinculada a licitante, comprovando que a empresa tenha prestado ou esteja prestando, a contento, serviços de natureza e vulto compatíveis com o objeto deste edital, quais sejam, Prestação de Serviço de Atendimento Especializado exclusivo aos usuários de telecomunicações;

**c)** Nome do responsável técnico qualificado na área de Administração, devidamente registrado no CRA;

**d)** Comprovação de que os profissionais apontados no Atestado de Capacidade Técnica fazem parte do quadro permanente da empresa, em conformidade com a Lei 8.666/1993, artigo 30, parágrafo 1º, inciso I; e

**e)** Atestado de Vistoria ou Declaração de Dispensa de Vistoria, conforme previsto nos subitens 3.1.2 e 3.1.3 deste edital.

### 12.3.2 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

**a)** balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, extraídos do Livro Diário, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, que comprovem a boa situação financeira da empresa, mediante os seguintes critérios:

**a.1)** LG - Liquidez Geral, LC - Liquidez Corrente e SG - Solvência Geral superiores a 1 (um), sendo os índices obtidos a partir das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP}$$
$$LC = \frac{AC}{PC}$$

$$SG = \frac{AT}{PC + ELP}$$

Onde

AC = Ativo Circulante  
RLP = Realizável a Longo Prazo  
PC = Passivo Circulante  
ELP = Exigível a Longo Prazo

**a.2)** ET - Endividamento Total, que deverá ser inferior ou igual a 0,6 (seis décimos), obtido a partir da fórmula:



## SENADO FEDERAL

$$ET = \frac{PE}{AT}, \text{ onde}$$

PE = Passivo Exigível  
AT = Ativo Total

- a.3)** Capital Circulante Líquido – CCL ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) no valor mínimo de 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor global anual da proposta para a contratação, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social.
- b)** Patrimônio Líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor global anual da proposta inicial, devendo a comprovação ser feita através do balanço exigido na alínea “a” deste subitem, admitindo-se a sua atualização até o mês que anteceder a abertura desta licitação, por meio de índices oficiais, quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta.
- c)** declaração, conforme modelo constante do Anexo 06, que contenha relação de compromissos assumidos, demonstrando que 1/12 (um doze avos) do valor total dos contratos firmados com a administração pública e/ou com a iniciativa privada, vigentes na data prevista para apresentação da proposta, não é superior a 100% (cem por cento) do patrimônio líquido, podendo este ser atualizado na forma do subitem b;
- c.1)** com o objetivo de demonstrar a veracidade das informações prestadas na subcondição anterior, o licitante classificado, provisoriamente, em primeiro lugar, deverá apresentar a Demonstração de Resultado do Exercício (DRE) referente ao último exercício social.
- c.2)** caso seja detectada divergência no valor total dos contratos firmados na declaração de que trata o subitem c, de 10% (para mais ou para menos) em relação à receita bruta discriminada na Demonstração de Resultado do Exercício (DRE), o licitante deverá apresentar os devidos esclarecimentos juntamente com a documentação referente à QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA – Art. 31 da Lei nº 8.666/93.
- d)** Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de Execução Patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física; e
- e)** A documentação constante no SICAF poderá ser considerada para fins de comprovação da documentação exigida na aliena “a” (balanço patrimonial) e “c.1” (Demonstração de Resultado do Exercício – DRE).



## SENADO FEDERAL

### 12.3.3 – REGULARIDADE TRABALHISTA:

- a) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho.

### 12.3.4 – OUTROS DOCUMENTOS:

- a. A licitante deverá preencher em campo próprio do sistema, sob pena de inabilitação:

a.1. Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

a.2. Declaração de inexistência de fato impeditivo, nos termos do § 2º do art. 32 da Lei nº 8.666/1993; e

a.3. Declaração de Proposta Independente (DPI).

**12.4 – Os documentos que não estejam contemplados no SICAF deverão ser remetidos via fac-símile, para o número (61) 3303-1068, ou para o endereço eletrônico [copeli@senado.gov.br](mailto:copeli@senado.gov.br) no prazo de 60 (sessenta) minutos, contados da solicitação do Pregoeiro.**

**12.4.1 – Os documentos remetidos via fac-símile ou por meio eletrônico deverão ser encaminhados em original ou por cópia autenticada, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da solicitação do Pregoeiro, à **Secretaria da Comissão Permanente de Licitação do Senado Federal**, situada na **Via N-2, Bloco de Apoio II, Brasília-DF, CEP 70.165-900**.**

**12.5 – Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome da licitante, com indicação do número de inscrição do CNPJ.**

**12.6 – Caso a licitante tenha mais de um domicílio, deverá apresentar documentos para habilitação relativamente a apenas um deles, com mesmo CNPJ.**

**12.6.1 – Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica a regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que pela própria natureza são emitidos somente em nome da matriz.**

**12.7 – O Pregoeiro poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação das licitantes, constituindo meio**



## SENADO FEDERAL

legal de prova as informações obtidas pelo pregoeiro.

**12.8** – As microempresas, empresas de pequeno porte ou sociedades cooperativas, assim declaradas para efeito dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

**12.8.1** – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, na forma do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006;

**12.8.2** – A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem acima implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/1993, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

**12.9** – O documento que não tiver prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor não será habilitante quando o intervalo entre a sua data de expedição ou revalidação e a data de abertura da presente licitação for superior a 180 (cento e oitenta) dias corridos.

**12.9.1** – Excetua-se o documento que, por imposição legal, tenha prazo de vigência indeterminado.

## **CAPÍTULO XIII – DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA**

**13.1** – Será analisada a proposta da primeira colocada e caso a proposta não seja aceitável ou, ainda, se a licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

**13.2** – Constatado que a licitante detentora da melhor proposta atende às exigências habilitatórias fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.

## **CAPÍTULO XIV – DO RECURSO**

**14.1** – Declarada a vencedora, o Pregoeiro abrirá prazo de 20 (vinte) minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.

**14.1.1** – A falta de manifestação motivada no prazo estabelecido autoriza o Pregoeiro a adjudicar o objeto à licitante vencedora.



## SENADO FEDERAL

**14.1.2** – O Pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.

**14.1.3** – A licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias, ficando as demais licitantes, desde logo intimadas a apresentar contra-razões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

**14.1.4** – Não será admitida intenção de recurso de caráter protelatório, fundada em mera insatisfação da licitante.

**14.2** – Para justificar sua intenção de recorrer e fundamentar suas razões ou contra-razões de recurso, à licitante interessada será assegurada vista imediata dos elementos necessários à defesa de seus interesses.

**14.3** – Admitido o recurso, caso o pregoeiro mantenha a sua decisão, será o mesmo apreciado pela autoridade competente.

**14.4** – Os recursos apresentados pelas licitantes serão dirigidos, por intermédio do Pregoeiro, ao Senhor Diretor-Geral Adjunto, nos termos do art. 10 do Regulamento de Compras e Contratações do SENADO aprovado pelo Ato nº 10/2010 da Comissão Diretora c/c o art. 4.º, incisos XVIII, XIX, XX e XXI, da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002.

**14.5** – O provimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

## **CAPÍTULO XV – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**15.1** – O objeto deste Pregão será adjudicado pelo Pregoeiro, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá ao Diretor-Geral Adjunto do Senado Federal.

**15.2** – A homologação deste Pregão compete à Diretora-Geral do Senado Federal.

**15.3** – O objeto deste Pregão será adjudicado pelo **menor preço global anual** à vencedora do certame.

## **CAPÍTULO XVI – DA ASSINATURA DO CONTRATO**

**16.1** – Depois de homologado o resultado deste Pregão, a licitante vencedora será convocada para assinar o contrato, dentro do prazo de **05 (cinco) dias úteis**, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.



## SENADO FEDERAL

**16.1.1** – O não comparecimento da licitante no prazo estabelecido autoriza o Pregoeiro a convocar outra licitante para assumir o objeto da licitação e, após negociação e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, assinar o respectivo contrato, obedecida a ordem de classificação.

**16.2** – Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á por meio do SICAF e de outros meios se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação.

### **CAPÍTULO XVII – DAS PENALIDADES**

**17.1** – A licitante que, convocada para assinar o contrato, no prazo estabelecido no item **16.1**, ficará sujeita à multa de 20% (vinte por cento) sobre o seu valor global, caso se recuse ao cumprimento desse procedimento nesse prazo, sem prejuízo das outras sanções previstas em lei.

**17.2** – As licitantes subseqüentes, na hipótese de aceitarem a convocação prevista no subitem 16.1.1, e, posteriormente, recusarem-se a assinar o contrato, ficarão também sujeitas às sanções referidas no item 17.1.

**17.3** – Se a licitante ou contratada deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, fraudar o processo licitatório, comportar-se de modo inidôneo, ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União e, será descredenciada no SICAF ou do sistema de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais cominações legais.

**17.3.1** – No caso de entrega ou apresentação de documentação falsa exigida para o certame, não manutenção da proposta, fraude na execução do contrato, comportamento inidôneo ou de cometimento de fraude fiscal, ficará a contratada ou licitante, conforme o caso, sujeita à aplicação de multa de 10% (dez por cento) sobre:

- a) o valor total do ajuste, se contratada; e
- b) o valor total de sua proposta, se licitante.

**17.4** – Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas assegurar-se-á o direito ao contraditório e à ampla defesa.

### **CAPÍTULO XVIII – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

**18.1** – Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão,





## SENADO FEDERAL

mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico [copeli@senado.gov.br](mailto:copeli@senado.gov.br).

**18.2** – O Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidirá sobre a impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

**18.3** – Acolhida a impugnação contra este edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

**18.4** – Os pedidos de esclarecimentos devem ser enviados ao Pregoeiro em até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico [copeli@senado.gov.br](mailto:copeli@senado.gov.br).

**18.5** – As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sistema eletrônico para os interessados.

## CAPÍTULO XIX – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**19.1** – O encaminhamento de proposta por meio do sistema eletrônico implica aceitação plena e irrestrita das condições e termos que regem o presente Pregão Eletrônico por parte da licitante.

**19.2** – Integram este edital os seguintes anexos:

**Anexo 01** – Termo de Referência;

**Anexo 02** – Equipe Técnica Mínima, Dos Serviços a serem Desenvolvidos, Descrição dos Serviços, Perfil dos Serviços, Qualificação Profissional Requerida e Uniformes;

**Anexo 03** – Planilha de preços de 1 (um) profissional nos termos da Portaria nº 07/2011 do MPOG/SLTI;

**Anexo 04** – Minuta de Contrato;

**Anexo 05** – Declaração de Contratos Firmados com a Iniciativa Privada e Administração Pública; e

**Anexo 06** – Modelo de Apresentação de Proposta.

**19.3** – É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase do pregão, promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo desta licitação, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos pelo Pregoeiro.



## SENADO FEDERAL

**19.4** – No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

**19.5** – As decisões do Pregoeiro durante os procedimentos do pregão serão fundamentadas e registradas no sistema com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**19.6** – As demais disposições obrigatórias definidas nos incisos do art. 40 da Lei nº 8.666/1993 estão previstas nos anexos deste edital.

**19.7** – Os casos omissos e as dúvidas suscitadas em qualquer fase do presente Pregão serão resolvidos pelo Pregoeiro.

### **CAPÍTULO XX – DO FORO**

**20.1** – Para dirimir qualquer controvérsia decorrente da realização do presente Pregão, que não possa ser resolvida administrativamente, fica eleito o foro da Justiça Federal, na cidade de Brasília, Seção Judiciária Federal do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro.

Brasília, 29 de janeiro de 2013.

**RONALDO WAGNER CARMONA**  
**Pregoeiro**



SENADO FEDERAL

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 011/2013**

**(Processo nº 021.262/11-0)**

**ANEXO 01**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

<b>OBJETO</b>	Contratação de empresa para prestação de serviço de Atendimento Especializado, com equipe técnica residente, para prestar serviço exclusivo aos usuários do Serviço Móvel Pessoal (SMP) do Senado Federal, durante 12 (doze) meses consecutivos.
<b>ESPECIFICAÇÃO E QUANTIDADE DO OBJETO</b>	Conforme Anexo 02 deste edital. <b>CATSER: 18104</b>
<b>JUSTIFICATIVA</b>	A contratação tem o objetivo fornecer tecnologia de telecomunicações, com acessos às redes de empresas operadoras do Serviço Móvel Pessoal (SMP) para a comunicação entre pessoas por meio de dispositivos eletrônicos.
<b>ADJUDICAÇÃO</b>	Menor Preço Global Anual.
<b>ORÇAMENTO ESTIMADO</b>	Item 1 – R\$ 144.752,88 Item 2 – R\$ 144.752,88 Item 3 – R\$ 144.752,88  <b>Valor global anual:</b> R\$ 434.258,64 (quatrocentos e trinta e quatro mil, duzentos e cinquenta e oito reais e sessenta e quatro centavos).
<b>VIGÊNCIA DO CONTRATO</b>	Conforme Cláusula Décima Quarta da Minuta de Contrato (Anexo 04).
<b>FORMA DE PAGAMENTO</b>	Conforme Cláusula Sexta da Minuta de Contrato (Anexo 04).
<b>CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>	Natureza da despesa: 339037 Programa de trabalho: 000040
<b>LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS</b>	Complexo Predial do Senado Federal e residências oficiais.
<b>FISCALIZAÇÃO</b>	Conforme Cláusula Décima Primeira da Minuta de Contrato (Anexo 04).

Brasília, 29 de janeiro de 2013.

**RONALDO WAGNER CARMONA**  
**Pregoeiro**



SENADO FEDERAL

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2013**

**(Processo nº 021.262/11-0)**

**ANEXO 02**

**EQUIPE TÉCNICA MÍNIMA, DOS SERVIÇOS A SEREM DESENVOLVIDOS, DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS, PERFIL DOS SERVIÇOS, QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL REQUERIDA E UNIFORMES**

**1. Equipe Técnica Mínima:**

A Equipe Técnica Mínima foi definida, observando o quantitativo de OS e o fluxo de serviços executados hoje por 7 (sete) técnicos residentes (4 da Vivo S. A. e 3 da Tim Celular S. A.) que se revezam em um período de 12 (doze) horas diárias de trabalho (8h:30min. À 20h:30min) onde executam demandas de 376 (trezentos e setenta e seis) usuários que, muitas vezes não comportam a demanda.

Para promover a prestação de serviço de atendimento aos usuários do Serviço Móvel Pessoal – SMP do Senado Federal deverá ser disponibilizada a seguinte equipe técnica mínima:

ITEM	CATEGORIA	SALÁRIO R\$	TOTAL DE POSTOS	QUANT. MÍNIMA DE FUNCIONÁRIOS POR GRUPO
1	Grupo de Serviço I - Auxiliar técnico de Telecomunicações	Referente ao Nível 73	01	02
2	Grupo de Serviço II - Auxiliar técnico de Telecomunicações	Referente ao Nível 73	01	02
3	Grupo de Serviço III - Auxiliar técnico de Telecomunicações	Referente ao Nível 73	01	02

**Observação:** O salário deverá ser o correspondente ao Auxiliar Técnico, nível 73 constante do Acordo Coletivo de Trabalho 2012/2014 Sinttel/Sindimest-DF – Número do Registro no MTE: DF000558/2012 para os grupos de serviços I, II e III.



## SENADO FEDERAL

### **2. Dos Serviços a serem desenvolvidos pela equipe técnica mínima:**

Serão desenvolvidos os seguintes serviços:

#### **I - Grupo de Serviço I**

Serviços relativos à organização e controle de documentos administrativos e equipamentos, no período de 08:30 às 20:30 horas:

- Organização de arquivos das faturas de operadoras;
- Classificação de arquivos das faturas de operadoras;
- Serviço de protocolos;
- Cópias de documentos;
- Controle de estoque – aparelhos celulares diversos;
- Sistema CAD – Controle e Acompanhamento de Documentos – tramitações de processos;
- Elaboração de relatórios via arquivos FEBRABAN;
- Elaboração de listas de acessos Telecom;
- Controle de processos referentes a solicitações às operadoras;
- Entrega de documentos;
- Controle de pagamento das operadoras;
- Treinamentos internos nos aplicativos de gestão do Serviço de Telefonia Móvel;
- Emissão de relatórios de gerenciamento
- Atividades correlatas.

#### **II - Grupo de Serviço II**

Serviços relativos à organização e controle cadastral de terminais e de usuários do Serviço de Telefonia Móvel, no período de 08:30 às 20:30 horas:

- Atualização de cadastros;
- Criação e alteração de cotas;
- Controle de cotas;
- Entrega de contas;
- Entrega de ordens de serviço;
- Controle de extravio de aparelhos celulares;
- Troca de usuários;
- Conferência e auditoria de contas da operadora de SMP;
- Devolução de aparelhos celulares por **PARTE** do usuário;
- Devolução de linha por **PARTE** do usuário ao SETM;
- Empréstimo de linha e aparelho;
- Recebimento de linhas (acessos);
- Ativação de linhas;
- Desativação de linha;



## SENADO FEDERAL

- Devolução/cancelamento de linha à operadora SMP;
- Devolução de aparelhos celulares à operadora de SMP;
- Bloqueio de linha;
- Desbloqueio de linha;
- Transferência de titularidade;
- Transferência de portabilidade;
- Emissão de relatórios de gerenciamento
- Atividades correlatas.

### **III - Grupo de Serviço III**

Serviços relativos à instrução de uso e configurações de aparelhos do Serviço de Telefonia Móvel, no período de 08:30 às 20:30 horas:

- Entrega de aparelhos celulares;
- Demonstração de aparelho;
- Instrução de uso;
- Programação de aparelhos;
- Configurações de serviços disponibilizados pelo Senado Federal;
- Transferência de dados e agenda;
- Troca de aparelhos;
- Atendimento aos gabinetes e autoridades;
- Atendimento as residências oficiais;
- Ativação de Roaming Internacional;
- Manutenção corretiva;
- Ativação de serviços;
- Desativação de serviços;
- Acompanhamento técnico aos equipamentos instalados no complexo predial do Senado Federal;
- Troca de número.
- Emissão de relatórios de gerenciamento
- Atividades correlatas.

## **3. Descrição dos Serviços:**

### **I - Grupo de Serviço I**

Serviços relativos à organização e controle de documentos administrativos e equipamentos, no período de 08:30 às 20:30 horas:

**a)** Execução das Ordens de Serviço do Sistema Telefônico Celular demandadas pelo Senado Federal;





## SENADO FEDERAL

- b)** Análise do contrato e das faturas mensais para conferência e identificação de eventuais tarifas faturadas discrepantes das tarifas contratadas;
- c)** Análise de faturas, contato ativo para informação de faturas em aberto, administração de relatório de inadimplência, correção cadastral e solicitação de segunda via de faturas;
- d)** Manutenção de base de dados com informações sobre inventário do parque de aparelhos (IMEI), SIMCARD (ICC ID), números dos acessos e respectivos usuários (incluindo aparelhos em back-up);
- e)** Solicitação (e acompanhamento integral até a resposta final) para o Atendimento da operadora sobre eventuais discrepâncias sobre tarifas contratadas versus tarifas faturadas;
- f)** As informações devem permitir uma análise detalhada das tarifas contratadas e as efetivamente tarifadas pela Operadora, possibilitando a contestação dos valores cobrados;
- g)** Atualização e gerenciamento do cadastro de Ordens de Serviço e dos documentos relacionados ao Serviço de Telefonia Móvel da Secretaria de Telecomunicações do Senado Federal;
- h)** Acompanhar e controlar o sistema de contas telefônicas celulares do Senado Federal através de dispositivos eletrônicos apresentados pela Operadora do SMP;
- i)** Prestar suporte na operação de atesto de contas telefônicas gerenciadas pelo gestor;
- j)** Executar o controle de entrada e saída dos aparelhos celulares, *SIM Cards* CONTRATANTE, modems e acessórios fornecidos pela OPERADORA;
- k)** Execução de atividades de digitalização, emissão, arquivamento de documentos e outras mais complexas, como pesquisas nos bancos de dados, elaboração de relatórios, dentre outras atividades relativas ao serviço móvel celular;
- l)** Comunicar imediatamente ao gestor qualquer problema relativo à operação do Serviço de Telefonia Móvel do Senado Federal e, no menor espaço de tempo possível, reduzir a termo as comunicações verbais, acrescentando todos os dados e circunstâncias julgadas necessárias aos esclarecimentos dos fatos, no máximo em 2 (duas) horas do ocorrido;
- m)** Interagir com o Serviço de Controle Técnico (Help Desk) da Secretaria de Telecomunicações para atualização dos bancos de dados de telecomunicações controlados pelo Sistema STELE; e,
- n)** Emitir relatórios de atividades



## SENADO FEDERAL

### **II - Grupo de Serviço II**

Serviços relativos à organização e controle cadastral de terminais e de usuários do Serviço de Telefonia Móvel, no período de 08:30 às 20:30 horas:

- a)** Execução das Ordens de Serviço do Sistema Telefônico Celular demandadas pelo Senado Federal;
- b)** Orientação e apoio aos usuários sobre os trâmites em caso de furto, roubo ou perda de aparelhos;
- c)** Geração de relatórios para rateio dos valores por usuário ou por área definida pelo Senado, de acordo com políticas e definições solicitadas pelo Senado Federal;
- d)** O cadastro e o estabelecimento de limites de utilização (Minutos ou Reais) conforme o perfil de cada usuário e política do Senado Federal;
- e)** As informações devem permitir a identificação pelos próprios usuários diretamente nos relatórios de consumo das chamadas particulares;
- f)** Envio de informações de valores excedentes para usuários e ao departamento financeiro responsável pelo recolhimento dos ressarcimentos.
- g)** Substituição de aparelhos e de números de linhas celulares;
- h)** interação com a operadora para solicitar as reposições quando for necessário;
- i)** Pré-análise de defeitos de aparelho e, se necessário, endereçamento para o atendimento da operadora ou do respectivo fabricante;
- j)** Acompanhamento integral dos encaminhamentos de solicitações para o atendimento da operadora ou de Fabricante de aparelhos;
- k)** Substituição de aparelhos e de números de linhas celulares
- l)** Comunicar imediatamente ao gestor qualquer problema relativo à operação do Serviço de Telefonia Móvel do Senado Federal e, no menor espaço de tempo possível, reduzir a termo as comunicações verbais, acrescentando todos os dados e circunstâncias julgadas necessárias aos esclarecimentos dos fatos, no máximo em 2 (duas) horas do ocorrido;



## SENADO FEDERAL

- m)** Interagir com o Serviço de Controle Técnico (Help Desk) da Secretaria de Telecomunicações para atualização dos bancos de dados de telecomunicações controlados pelo Sistema STELE;
- n)** Demais atividades correlatas à manutenção, programação, controle e operação do Serviço Móvel Pessoal do Senado Federal.
- o)** Emitir relatórios de atividades

### **III - Grupo de Serviço III**

Serviços relativos à instrução de uso e configurações de aparelhos do Serviço de Telefonia Móvel, no período de 08:30 às 20:30 horas:

- a)** Execução das Ordens de Serviço do Sistema Telefônico Celular demandadas pelo Senado Federal;
- b)** Esclarecimento de dúvidas de usuários sobre dispositivos adquiridos da operadora do SMP (aparelhos e modems);
- c)** Esclarecimento de dúvidas sobre utilização de serviços e senhas (PIN, PUK, caixa postal, agenda, débito automático, senha única e segunda via de faturas);
- d)** Esclarecimento de dúvidas sobre serviços de valor agregado (serviços de SMS, MMS, vídeo chamada, siga-me, te ligou, identificador de chamada, conferência, caixa postal, chamada em espera, agenda, entretenimento, personalização, interação, dados, etc.);
- e)** Esclarecimento de dúvidas sobre aplicativos e soluções de mobilidade (software de controle, W-VPN, multi-torpedo, mensageria);
- f)** Esclarecimento de dúvidas de usuários sobre condições comerciais contratadas da operadora do SMP (cobertura existente, planos de serviços, tarifas, assinaturas, pacotes e serviços opcionais de voz e dados);
- g)** Execução de Backup e restauração de agenda e dados nos terminais celulares disponibilizados;
- h)** Realização de configurações na integração entre os terminais móveis e a Rede de Informática do Senado Federal;
- i)** Realizar verificações e testes nos terminais celulares;



## SENADO FEDERAL

- j) Instalar programas de atualizações nos terminais celulares;
- k) Fornecer instruções de uso e prestar suporte as programações dos aparelhos telefônicos celulares;
- l) Distribuir aos usuários manuais de uso, fichas de atendimentos, ofícios, atos e circulares pertinentes ao serviço;
- m) Verificação de pedidos e execução de programações gerais de facilidades nos Sistemas de Telecomunicações da Operadora do SMP
- n) Acompanhar as manutenções técnicas que as OPERADORAS ou seus representantes legais realizarem no âmbito do Senado Federal, quando devidamente autorizadas pelo gestor;
- o) Detectar falhas e pedidos de correção na infraestrutura das Centrais da OPERADORA no âmbito do Senado Federal, inclusive em outras instalações quando relacionadas ao serviço móvel contratado, se devidamente requeridos e autorizados pelo Senado Federal
- p) Comunicar imediatamente ao gestor qualquer problema relativo à operação do Serviço de Telefonia Móvel do Senado Federal e, no menor espaço de tempo possível, reduzir a termo as comunicações verbais, acrescentando todos os dados e circunstâncias julgadas necessárias aos esclarecimentos dos fatos, no máximo em 2 (duas) horas do ocorrido;
- q) Interagir com o Serviço de Controle Técnico (Help Desk) da Secretaria de Telecomunicações para atualização dos bancos de dados de telecomunicações controlados pelo Sistema STELE;
- r) Demais atividades correlatas à manutenção, programação, controle e operação do Serviço Móvel Pessoal do Senado Federal.
- s) Emitir relatórios de atividades

#### **4. Perfil dos Serviços:**

O perfil abaixo é apenas uma previsão de demanda, não constituindo em qualquer compromisso futuro.

Serviço para o Grupo de Serviço I:



## SENADO FEDERAL

Grupo de Serviço	Item	Atividades	Quantidade de Solicitações no período de 12 meses
I	1	Controle de Contas	6144
I	2	Controle de Estoque – Aparelho Móvel Celular	52
I	3	Controle de Pagamentos de Contas das Operadoras	6144
I	4	Controle de Processos	1800
I	5	Controle de processos referentes a solicitações às operadoras	1800
I	6	Cópias de Documentos	6000
I	7	Elaboração de Listas	80
I	8	Elaboração de Relatórios	360
I	9	Entrega de Documentos	6144
I	10	Organização, classificação em caixas arquivo	2160
I	11	Serviço de Protocolo	2160
I	12	Tramitação de Processos - Sistema CAD	1680
I	13	Treinamentos internos	12

**Tabela 1: Serviço para o Grupo de Serviço I**

### Serviço para o Grupo de Serviço II

Grupo de Serviço	Item	Atividades	Quantidade de Solicitações no período de 12 meses
II	14	Atualização de Cadastro	3168
II	15	Conferências e Auditoria de Contas	6144
II	16	Controle de Cotas	6144
II	17	Controle de Extravio de Aparelho	120
II	18	Criação e Alteração de Cota	381
II	19	Devolução de Aparelho	240
II	20	Devolução de Linha por <b>PARTE</b> do usuário ao SETM	240
II	21	Empréstimo de linha e aparelho	180
II	22	Entrega de Contas	6144
II	23	Entrega de Ordem de Serviço	2160
II	24	Troca de Usuário	120
II	25	Ativação de linhas	512
II	26	Ativação de Roaming Internacional	240
II	27	Bloqueio de linha	1320



## SENADO FEDERAL

Grupo de Serviço	Item	Atividades	Quantidade de Solicitações no período de 12 meses
II	28	Desativação de linha	360
II	29	Desbloqueio de linha	180
II	30	Devolução de aparelhos celulares à operadora de SMP	621
II	31	Devolução/cancelamento de linha à operadora SMP	360
II	32	Recebimento de linhas (acessos)	512
II	33	Transferência de portabilidade	100
II	34	Transferência de titularidade	100

**Tabela 2: Serviço para o Grupo de Serviço II**

### Serviço para o Grupo de Serviço III

Grupo de Serviço	Item	Atividades	Quantidade de Solicitações no período de 12 meses
III	35	Atendimento "in Loco" a Gabinetes	360
III	36	Atendimento "in Loco" a Residências Oficiais	100
III	37	Configurações de serviços disponibilizados pelo Senado Federal	512
III	38	Demonstração de aparelho	381
III	39	Entrega de aparelhos	512
III	40	Instrução de uso e operação	512
III	41	Programação de aparelhos	381
III	42	Transferência de dados	480
III	43	Troca de aparelho	240
III	44	Acompanhamento Técnico	48
III	45	Ativação de serviços	512
III	46	Desativação de serviços	512
III	47	Manutenção corretiva	360
III	48	Troca de número	60

**Tabela 3: Serviço para o Grupo de Serviço III**

### **5. Qualificação profissional requerida:**

Os profissionais da Equipe Técnica deverão apresentar, no mínimo, as seguintes qualificações pessoais e de formação para participarem da equipe residente:

- a. Ser dinâmico, de fácil relacionamento, boa comunicação e senso de liderança;





## SENADO FEDERAL

- b.** Clareza e objetividade tanto na linguagem escrita quanto na falada, boa dicção e audição;
- c.** Afinidade com números, habilidade para controlar várias funções simultaneamente e ser organizado;
- d.** Capacidade comportamental para agir com calma e tolerância, não se desestabilizando frente a situações que fujam da sua rotina;
- e.** Capacidade comportamental para obedecer a procedimentos rotineiros;
- f.** Habilidade de gerenciamento, organização e controle na solução de problemas, desenvolvimento de equipe e relacionamento pessoal;
- g.** Dinamismo na busca de soluções para melhoria da qualidade dos serviços;
- h.** Experiência na atividade de atendimento a usuário por telefone;
- i.** Conhecimentos de Microsoft Windows XP e Windows Seven, Microsoft Word 2003 e 2007, Microsoft Excel 2003 e 2007, Microsoft Access (banco de dados) 2003 e 2007 e internet ou similares;
- j.** Experiência em suporte de infra-estrutura de telecomunicações corporativas em ambientes que englobem o serviço de telefonia celular.
- k.** Auxiliar de Técnico de Telecomunicações nível 73 (do acordo coletivo de trabalho 2012/2014 Sinttel/Sindimest-DF – Número de Registro no MTE: DF000558/2012) para os grupos de serviços I, II e III.

### **6. Dos uniformes:**

O uniforme garante aos funcionários uma adequada apresentação perante autoridades dos diversos órgãos desta Casa Legislativa. Em suas atividades diárias, esses funcionários são freqüentemente requisitados a realizarem atendimentos personalizados a Senadores e Diretores. O uniforme será composto das seguintes peças:

#### **MASCULINO**

- a) 03 (três) ternos;
- b) 05 (cinco) camisas sociais manga longa;
- c) 02 (pares) de sapatos em couro;



## SENADO FEDERAL

- d) 01 (um) cinto em couro;
- e) 05 (cinco) pares de meia;
- f) 02 (duas) gravatas

### FEMININO:

- a) 04 (quatro) terninhos;
- b) 05 (cinco) blusas;
- c) 03 (três) calças ou saias;
- d) 02 (pares) de sapatos de couro



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2013

(Processo nº 021.262/11-0)

ANEXO 03

PLANILHA DE PREÇOS DE 1 (Um) PROFISSIONAL NOS TERMOS DA PORTARIA Nº 07/2011 DO MPOG/SLTI

Empresa  
CNPJ  
CCT ou ACT  
Data Proposta

LUCRO REAL / PRESUMIDO

CATEGORIA	Este modelo de planilha de custos é exemplificativo.		
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:		Percentuais	VALOR PROPOSTA
	Salário Base		
	Adicional Periculosidade		
	Adicional Insalubridade SM		
	Adicional Noturno		
	Hora noturna adicional		
	Adicional de HE		
	Intervalo interjornada		-
	Outros		



SENADO FEDERAL

		TOTAL DA REMUNERAÇÃO	-
<b>MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS</b>			
	Auxílio Transporte {(x...(dias) -6% s/ salário} (Decreto nº 26.501/2005 - GDF)		
	Auxílio Alimentação (R\$ 22,12 por dia útil de trabalho)		
	Assistência Médica (Convenção Coletiva)		
	Contribuição Assistencial - Convenção Coletiva de Trabalho		
	Seguro de vida ou invalidez		
	Auxílio funeral (convenção coletiva cláusula)		
<b>TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS</b>			-
<b>MÓDULO 3- INSUMOS DIVERSOS</b>			
	<b>Insumos Diversos</b>		
	Uniforme (EPI)		
	Materiais (de consumo)		
	Equipamentos		
	Outros		
<b>TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS:</b>			-
<b>MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS</b>			
<b>4.1.PREVIDENCIARIO E FGTS</b>		<b>Percentuais</b>	<b>VALORES</b>
	INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91)	20,00%	-
	SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90)	1,50%	-
	SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86)	1,00%	-
	INCRA (art. 1º, I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89)	0,20%	-
	Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82)	2,50%	-
	FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90)	8,00%	-
	Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (inciso II,B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08) (1) <b>(Variável de 1% a 3%)</b>		-
	SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90)	0,60%	-
<b>TOTAL :</b>		<b>33,80%</b>	<b>-</b>



SENADO FEDERAL

4.2 13º SALÁRIO E ADICIONAL DE FÉRIAS		Percentuais	VALORES
	13º Salário	8,33%	-
	Adicional de Férias	2,78%	-
	<b>Subtotal</b>	<b>11,11%</b>	-
	<b>Incidência do 4.1. sobre o 13º salário e adicional de férias</b>		-
	<b>TOTAL :</b>	<b>11,11%</b>	-
4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE		Percentuais	VALORES
	Afastamento maternidade		
	<b>Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade</b>		-
	<b>Incidência do 4.1. sobre remuneração e 13º do substituto pelo período de 120 dias de licença-maternidade</b>		
	<b>TOTAL :</b>		-
4.4. PROVISÃO P/ RESCISÃO		Percentuais	VALORES
	Aviso Prévio Indenizado ( art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2)		
	<b>Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado</b>		-
	Multa do FGTS e da Contribuição Social do Aviso Prévio Indenizado		
	Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT)		
	<b>Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado</b>		-
	Multa do FGTS e da Contribuição Social do Aviso Prévio trabalhado		
	<b>TOTAL :</b>		-
4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		Percentuais	VALORES
	Férias	8,33%	
	Auxílio doença ( arts. 59 a 64, Lei 8.213/91, art. 18, Lei nº 8.212/91 e art. 476, CLT)		
	Licença paternidade (art. 7º, inciso XIX, CF e 10, § 1º CLT)		
	Faltas legais (art. 473 e 83, CLT)		
	Acidente de Trabalho (arts. 19 a 23, Lei 8.213/91, art. 473, CLT e Lei nº 6.367/76)		
	Outros		-
	<b>Subtotal</b>	<b>8,33%</b>	-
	<b>Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição</b>		-
	<b>TOTAL :</b>		-



SENADO FEDERAL

QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)			
4	MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)		
4.1.	PREVIDENCIARIO E FGTS	33,80%	-
4.2.	13º SALÁRIO E ADICIONAL DE FÉRIAS	11,11%	-
4.3.	AFASTAMENTO MATERNIDADE		-
4.4.	PROVISÃO RESCISÃO		-
4.5.	CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		-
	TOTAL :	44,91%	-
	TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4)		
MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
5		Percentuais	VALORES
A	CUSTOS INDIRETOS		
B	TRIBUTOS		
B.1	Tributos Federais COFINS	7,60%	-
	Tributos Federais PIS	1,65%	-
B.2	Tributos Estaduais		
B.3	Tributos Municipais ISS	5,00%	-
B.4	Outros Tributos		
	Subtotal		-
C	LUCRO		
	VALOR TOTAL (SUBTOTAL MÓDULO 5 + LUCRO)	14,25%	-
(categoria profissional)		Quantidade	VALORES
	TOTAL UNITÁRIO	1	
	TOTAL GERAL	1	





## SENADO FEDERAL

---

### Observações:

---

- 1)Especificar a Convenção Coletiva de Trabalho ou o Acordo Coletivo de Trabalho vigente para cada categoria cotada.
- 2) Apresentar memorial de cálculo dos itens variáveis da planilha (módulos I a IV)
- 3) O item Reserva Técnica não será aceito sem a indicação prévia e expressa dos custos correspondentes que serão cobertos por este item, conforme disposto no Acórdão 593/2010 do TCU - Plenário. Serão observados os limites estabelecidos pelo Acórdão 1753/2008 do TCU - Plenário.

#### Módulo 1:

Apresentar memorial de cálculo dos itens da "Composição da Remuneração"

---

#### Módulo 2 :

De acordo com a CCT da categoria contratada, no Módulo II, poderá haver variação na quantidade de itens contemplados. Não será aceita a inclusão do item "Treinamento/Reciclagem de Pessoal" (Acórdão 592/2010 - TCU - Plenário) nem do item "Supervisão e Fiscalização" (Acórdão 593/2010 - TCU - Plenário).

---

#### Módulo 3 :

Apresentar memorial de cálculo dos itens especificados.

---

#### Módulo 4 :

O RAT (antigo SAT) contido Módulo IV poderá variar de 1,00% a 3,00%, de acordo com o risco associado à atividade principal da empresa. O percentual fixado na planilha apresentada está sujeito a análise de adequação do mesmo à atividade preponderante da empresa por profissional da área de contabilidade no momento da apresentação das propostas, na abertura do pregão.

O percentual referente a “Aviso Prévio Trabalhado” e suas incidências (“Incidência do 4.1 sobre o Aviso Prévio Trabalhado” e Multa do FGTS e da Contribuição Social do Aviso Prévio Trabalhado”) serão devidos apenas no primeiro ano de vigência do contrato, e no caso de eventual prorrogação, serão retirados, com vigência a partir do primeiro aniversário da avença, em atendimento ao exposto no Acórdão nº 3006/2010 – Plenário – TCU.

---

#### Módulo 5 :

Não será possível a especificação dos percentuais de IRPJ e CSLL (módulo V), de acordo com a orientação do subitem 9.5.11 do Acórdão 1.595/2006 do TCU.



## SENADO FEDERAL

As alíquotas do Cofins e do PIS são 7,6% e 1,65%, respectivamente, no regime tributário Lucro Real. As alíquotas do Cofins e do PIS são 3,0% e 0,65%, respectivamente, no Lucro Presumido.

---



SENADO FEDERAL

PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

EQUIPE TÉCNICA MÍNIMA NO SENADO				
CATEGORIA	QTE	PISO SALARIAL (R\$)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL MENSAL (R\$)
Grupo de Serviço I - Auxiliar Técnico de Telecomunicações	02			
Grupo de Serviço II - Auxiliar Técnico de Telecomunicações	02			
Grupo de Serviço III - Auxiliar Técnico de Telecomunicações	02			
SUBTOTAL				

SUBTOTAL	R\$
IMPOSTOS	
PREÇO GLOBAL MENSAL	
PREÇO GLOBAL ANUAL = 12 x PREÇO GLOBAL MENSAL	

Obs: Para cada categoria, deve ser apresentada a planilha de formação de custos por categoria.

Obs.: O piso salarial apresentado é referenciado na tabela salarial editada pelo Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações - SINTTEL-DF, assim definida:

- a) Auxiliar Técnico de Telecomunicações – nível 73 (do acordo coletivo de trabalho 2012/2014 Sinttel/Sindimest-DF – Número de Registro no MTE: DF000558/2012).



SENADO FEDERAL

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2013**

**(Processo nº 021.262/11-0)**

**ANEXO 04**

<b>MINUTA DE CONTRATO</b>
---------------------------

**CONTRATO Nº**

Que entre si celebram, de um lado, a UNIÃO, por intermédio do SENADO FEDERAL e do outro, a empresa \_\_\_\_\_ para **a prestação de serviço de Atendimento Especializado, com equipe técnica residente, para prestar serviço exclusivo aos usuários do Serviço Móvel Pessoal (SMP) do Senado Federal, durante 12 (doze) meses consecutivos.**

**A UNIÃO**, por intermédio do SENADO FEDERAL, doravante denominado SENADO ou CONTRATANTE, com sede na Praça dos Três Poderes, em Brasília-DF, CNPJ nº 00.530.279/0001-15, neste ato representado pela sua Diretora-Geral, \_\_\_\_\_, e \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, fax nº (\_\_\_\_) \_\_\_\_-\_\_\_\_ e (\_\_\_\_) \_\_\_\_-\_\_\_\_, telefone nº (\_\_\_\_) \_\_\_\_-\_\_\_\_ e \_\_\_\_-\_\_\_\_, CNPJ-MF nº \_\_\_\_\_ /\_\_\_\_-\_\_\_\_, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. \_\_\_\_\_, Cl. \_\_\_\_\_, expedida pela \_\_\_\_/\_\_\_\_, CPF nº. \_\_\_\_\_-\_\_\_\_, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente do **PREGÃO ELETRÔNICO** nº 011/2013, homologado pela Senhora Diretora-Geral, às fls. \_\_\_\_ do Processo n.º 021.262/11-0, incorporando o edital e a proposta apresentada pela CONTRATADA, fls. \_\_\_\_/\_\_\_\_ a este instrumento, e sujeitando-se as partes às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dos Atos nºs 24/1998 e 10/2010, ambos da Comissão Diretora do SENADO, e das cláusulas seguintes:



SENADO FEDERAL

## CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto a **prestação de serviço de Atendimento Especializado, com equipe técnica residente, para prestar serviço exclusivo aos usuários do Serviço Móvel Pessoal (SMP) do Senado Federal, durante 12 (doze) meses consecutivos**, de acordo com os termos e especificações constantes deste contrato e do edital.

## CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA, além de outras previstas neste contrato ou decorrentes da natureza do ajuste:

- I - manter durante a execução deste contrato as condições de habilitação e qualificações que ensejaram sua contratação, bem como em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- II - apresentar cópia autenticada do ato constitutivo sempre que houver alteração;
- III - efetuar o pagamento de seguros, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e sociais, bem assim quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução deste contrato;
- IV - manter preposto, aceito pelo gestor, visando estabelecer atendimento personalizado ao Senado Federal durante a execução do contrato;
- V - manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições que culminaram em sua habilitação e qualificação no processo licitatório;
- VI - fornecer ao gestor, no prazo de 15 (quinze) dias corridos após assinatura deste contrato, relação nominal dos profissionais que atenderão ao Senado Federal, com endereços e telefones de contato e comunicar toda e qualquer alteração que venha a ocorrer durante a execução dos serviços;
- VII - fornecer ao gestor deste contrato, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após a sua assinatura, atestados exigidos pela Secretaria de Polícia do Senado Federal de todos os empregados que irão prestar os serviços objeto deste contrato;
- VIII - manter disciplina nos locais dos serviços e substituir o empregado com conduta inconveniente;



## SENADO FEDERAL

**IX** - manter equipe técnica nas quantidades, qualificação e conhecimento necessários e adequados ao cumprimento de todas as tarefas e abrangência dos serviços;

**X** - selecionar e proporcionar treinamento técnico e de relacionamento humano aos seus empregados, capacitando-os à perfeita execução dos serviços objeto deste contrato, sem ônus adicional para o Senado Federal;

**XI** - exercer controle sobre a assiduidade e a pontualidade de seus empregados, através de folha individual de frequência mensal;

**XII** – realizar os serviços constantes no objeto, decorrentes do contrato, mesmo que tenham sido realizadas atualizações de versão do sistema telefônico móvel, do Senado Federal;

**XIII** – fornecer a cada integrante de sua Equipe Técnica, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, após a assinatura deste contrato, sem ônus para o Senado Federal ou para seus funcionários, aparelho de comunicação móvel (celular, rádio ou outro equipamento para este fim), com cobertura em todo o complexo predial do Senado Federal e residências oficiais, a serem permanentemente utilizados, pelos técnicos residentes;

**XIV** – fornecer transporte à Equipe Técnica para atendimentos fora do complexo predial do Senado Federal;

**XV** – prestar, por escrito, as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Senado Federal, em até 48 (quarenta e oito) horas, durante todo o período de vigência do contrato decorrente deste contrato;

**XVI** - substituir funcionário, com conduta inconveniente, a qualquer tempo, a pedido do gestor;

**XVII** - levar, imediatamente, ao conhecimento do Gestor, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer na execução do objeto contratado;

**XVIII** - assegurar-se da boa prestação do serviço verificando periodicamente o seu bom desempenho;

**XIX** - manter sob sigilo as informações que vier a tomar conhecimento por força desta proposição, abstendo-se de divulgá-las;

**XX** – observar a estrita confidencialidade no trato das informações recebidas e geradas em razão da execução do objeto deste contrato. O descumprimento desta obrigação será tratado com infração contratual grave, sujeito a multa e até a rescisão unilateral deste contrato, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

**XXI** - efetuar, se for o caso, o pagamento de serviços extraordinários, por empregado, quando esgotados todos os meios de utilização do “BANCO DE HORAS”, de



## SENADO FEDERAL

acordo com o que tiver previsto na Convenção Coletiva de Trabalho da respectiva categoria profissional e em conformidade com o art. 59, § 2º, do Decreto-Lei nº 5.452/43 (CLT);

**XXII** - observar a legislação trabalhista e previdenciária e convenção coletiva de trabalho da respectiva categoria, efetuando as anotações nas carteiras de trabalho, inclusive quanto à categoria profissional a ser exercida;

**XXIII** - substituir o profissional por outro que atenda às mesmas exigências feitas com relação ao substituído, nos seguintes casos:

**a)** falta justificada ou injustificada;

**b)** gozo de férias;

**c)** licença e/ou atestado médico: e

**d)** solicitação do gestor deste contrato.

**XXIV** - efetuar o pagamento aos profissionais alocados nos seguintes prazos:

**a)** salário até o 5º dia útil do mês subsequente a realização dos serviços;

**b)** o pagamento de custos de alimentação e transporte até o 5º dia útil do mês em referência;

**b.1)** auxílio alimentação no valor de R\$ 22,12 (vinte e dois reais e doze centavos) por dia trabalhado, do mês em referência, fixado por decisão da Comissão Diretora, conforme 14ª Reunião de 2011, de 20/12/2011; e

**b.2)** transporte (de sua propriedade ou locado) ou vale-transporte para atender os dias de trabalho do mês em referência.

**XXV** - responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares e das orientações de segurança, instruindo-os quanto à prevenção de incêndios nas áreas do SENADO.

**XXVI** – manter seus profissionais identificados por intermédio de crachás, com fotografia recente; expedidos pela Polícia do Senado Federal.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A CONTRATADA, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos após a assinatura do contrato de prestação de serviços, sem ônus para os seus funcionários, deverá fornecer uniforme compatível com o atendimento e padrões do Senado Federal, atendendo a descrição conforme consta no Anexo 02, com modelos e cores a serem previamente aprovados pelo gestor, para uso permanente





## SENADO FEDERAL

em serviço. Os mesmos deverão ser substituídos com periodicidade anual, ou antes, em caso de desgaste prematuro, se solicitado pelo órgão gestor;

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Os empregados da CONTRATADA deverão portar identificação e se apresentarem sempre limpos e asseados, quer no aspecto de vestuário e calçado, quer na higiene pessoal.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Os empregados incumbidos da execução dos serviços não terão qualquer vínculo empregatício com o SENADO, sendo remunerados única e exclusivamente pela CONTRATADA e a ela vinculados.

**PARÁGRAFO QUARTO** - A CONTRATADA assume toda e qualquer responsabilidade no que se refere à relação com seus empregados, inclusive quanto ao fornecimento de auxílio-alimentação, auxílio-transporte e demais obrigações trabalhistas e previdenciárias, isentando o SENADO de qualquer responsabilidade solidária.

**PARÁGRAFO QUINTO** – Correrá por conta exclusiva da CONTRATADA a responsabilidade por quaisquer acidentes de trabalho e de execução durante a vigência dos serviços contratados.

**PARÁGRAFO SEXTO** - A CONTRATADA responsabilizar-se-á por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados ou prepostos ao SENADO ou a terceiros, nas dependências do SENADO.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - Não poderá a CONTRATADA veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente contrato, salvo autorização específica do Senado.

**PARÁGRAFO OITAVO** - É vedada a contratação, por parte da CONTRATADA e para prestarem os serviços objeto do presente contrato, de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes até o 3º grau, na linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, dos Senadores e servidores do Quadro de Pessoal do SENADO, ocupantes de cargos ou funções comissionadas de direção, na forma do disposto nos Atos da Comissão Diretora do Senado Federal nº 12/2010 e 05/2011 e Decreto nº 7.203, de 2010.

**PARÁGRAFO NONO** - A CONTRATADA não poderá ceder os créditos, nem sub-rogar direitos e obrigações deste contrato a terceiros.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** - Aplicam-se a este contrato as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.



SENADO FEDERAL

### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

Caberá ao SENADO as seguintes obrigações e responsabilidades, sem prejuízo das disposições legais e das estabelecidas na contratação advinda do edital e deste contrato:

**I** - receber os empregados e prepostos da CONTRATADA, devidamente credenciados, para execução dos serviços, devendo tomar as providências administrativas que garantam o livre desempenho de tais atividades;

**II** - levar ao conhecimento da CONTRATADA, por escrito, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer na execução do objeto desta proposição, bem como imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no objeto pactuado, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

**III** - assegurar-se da boa prestação dos serviços, verificando sempre o seu bom desempenho;

**IV** - fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pelo Senado Federal, não deverão ser interrompidos;

**V** - emitir, por intermédio da Secretaria de Telecomunicações, pareceres sobre os atos relativos à execução deste contrato, em especial quanto ao acompanhamento e fiscalização da prestação dos serviços, à exigência de condições estabelecidas no edital e à proposta de aplicação de sanções;

**VI** - prestar, por escrito, as informações e os esclarecimentos que venham ser solicitados pela CONTRATADA durante o prazo de vigência do contrato;

**VII** - rejeitar no todo ou em **PARTE** o serviço ou fornecimento executado em desacordo com esta proposição;

**VIII** - efetuar o pagamento pelo objeto contratado, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências contratuais.

### CLÁUSULA QUARTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

A CONTRATADA deverá iniciar a execução dos serviços objeto deste contrato, no prazo máximo de **10 (dez) dias corridos** após a assinatura do contrato.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A prestação dos serviços será realizada no Complexo Predial do Senado Federal e Residências Oficiais.



## SENADO FEDERAL

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Os serviços serão realizados pela CONTRATADA das 08:30 às 20:30 horas, ininterruptamente, nos dias úteis e em caráter extraordinário quando convocado pelo gestor em coberturas de evento e solenidades especiais.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Os serviços especializados relativos à administração de dados de telefonia móvel, nas instalações do Senado Federal, deverão ser executados por equipe técnica residente que atenderá as demandas de suporte técnico nas atividades de manutenção, programação e configuração dos aparelhos e linhas telefônicas móveis, instrução aos usuários e demais serviços relacionados ao controle do Serviço Móvel Pessoal (SMP) desta Casa Legislativa.

**PARÁGRAFO QUARTO** – Para a execução dos serviços, a CONTRATADA deverá manter Equipe Técnica composta por um número suficiente de profissionais a ela vinculado, com conhecimento necessário ao bom desempenho das atividades, procurando evitar a rotatividade de profissionais com a finalidade de se preservar o acesso às informações sensíveis. Sendo também obrigada a observar as normas trabalhistas vigentes para as funções desempenhadas.

**PARÁGRAFO QUINTO** - A CONTRATADA deverá desenvolver e executar os seguintes serviços:

### **I - Grupo de Serviço I:**

Serviços relativos à organização e controle de documentos administrativos e equipamentos, no período de 08:30 às 20:30 horas:

- Organização de arquivos das faturas de operadoras;
- Classificação de arquivos das faturas de operadoras;
- Serviço de protocolos;
- Cópias de documentos;
- Controle de estoque – aparelhos celulares diversos;
- Sistema CAD – Controle e Acompanhamento de Documentos – tramitações de processos;
- Elaboração de relatórios via arquivos FEBRABAN;
- Elaboração de listas de acessos Telecom;
- Controle de processos referentes a solicitações às operadoras;
- Entrega de documentos;
- Controle de pagamento das operadoras;
- Treinamentos internos nos aplicativos de gestão do Serviço de Telefonia Móvel;
- Emissão de relatórios de gerenciamento
- Atividades correlatas.



## SENADO FEDERAL

### II – Grupo de Serviço II:

Serviços relativos à organização e controle cadastral de terminais e de usuários do Serviço de Telefonia Móvel, no período de 08:30 às 20:30 horas:

- Atualização de cadastros;
- Criação e alteração de cotas;
- Controle de cotas;
- Entrega de contas;
- Entrega de ordens de serviço;
- Controle de extravio de aparelhos celulares;
- Troca de usuários;
- Conferência e auditoria de contas da operadora de SMP;
- Devolução de aparelhos celulares por **PARTE** do usuário;
- Devolução de linha por **PARTE** do usuário ao SETM;
- Empréstimo de linha e aparelho;
- Recebimento de linhas (acessos);
- Ativação de linhas;
- Desativação de linha;
- Devolução/cancelamento de linha à operadora de SMP;
- Devolução de aparelhos celulares à operadora de SMP;
- Bloqueio de linha;
- Desbloqueio de linha;
- Transferência de titularidade;
- Transferência de portabilidade;
- Emissão de relatórios de gerenciamento
- Atividades correlatas.

### III – Grupo de Serviço III:

Serviços relativos à instrução de uso e configurações de aparelhos do Serviço de Telefonia Móvel, no período de 08:30 às 20:30 horas:

- Entrega de aparelhos celulares;
- Demonstração de aparelho;
- Instrução de uso;
- Programação de aparelhos;
- Configurações de serviços disponibilizados pelo Senado Federal;
- Transferência de dados e agenda;
- Troca de aparelhos;



## SENADO FEDERAL

- Atendimento aos gabinetes e autoridades;
- Atendimento as residências oficiais;
- Ativação de Roaming Internacional;
- Manutenção corretiva;
- Ativação de serviços;
- Desativação de serviços;
- Acompanhamento técnico aos equipamentos instalados no complexo predial do Senado Federal;
- Troca de número.
- Emissão de relatórios de gerenciamento
- Atividades correlatas.

**PARÁGRAFO SEXTO** – Os serviços serão realizados conforme descrição abaixo:

### **I – Grupo de Serviço I:**

Serviços relativos à organização e controle de documentos administrativos e equipamentos, no período de 08:30 às 20:30 horas:

- a) Execução das Ordens de Serviço do Sistema Telefônico Celular demandadas pelo Senado Federal;
- b) Análise do contrato e das faturas mensais para conferência e identificação de eventuais tarifas faturadas discrepantes das tarifas contratadas;
- c) Análise de faturas, contato ativo para informação de faturas em aberto, administração de relatório de inadimplência, correção cadastral e solicitação de segunda via de faturas;
- d) Manutenção de base de dados com informações sobre inventário do parque de aparelhos (IMEI), SIMCARD (ICC ID), números dos acessos e respectivos usuários (incluindo aparelhos em back-up);
- e) Solicitação (e acompanhamento integral até a resposta final) para o Atendimento da operadora sobre eventuais discrepâncias sobre tarifas contratadas versus tarifas faturadas;
- f) As informações devem permitir uma análise detalhada das tarifas contratadas e as efetivamente tarifadas pela Operadora, possibilitando a contestação dos valores cobrados;
- g) Atualização e gerenciamento do cadastro de Ordens de Serviço e dos documentos relacionados ao Serviço de Telefonia Móvel da Secretaria de Telecomunicações do Senado Federal;
- h) Acompanhar e controlar o sistema de contas telefônicas celulares do Senado Federal através de dispositivos eletrônicos apresentados pela Operadora do SMP;



## SENADO FEDERAL

- i) Prestar suporte na operação de atesto de contas telefônicas gerenciadas pelo gestor;
- j) Executar o controle de entrada e saída dos aparelhos celulares, *SIM Cards*, modems e acessórios fornecidos pela OPERADORA;
- k) Execução de atividades de digitalização, emissão, arquivamento de documentos e outras mais complexas, como pesquisas nos bancos de dados, elaboração de relatórios, dentre outras atividades relativas ao serviço móvel celular;
- l) Comunicar imediatamente ao gestor qualquer problema relativo à operação do Serviço de Telefonia Móvel do Senado Federal e, no menor espaço de tempo possível, reduzir a termo as comunicações verbais, acrescentando todos os dados e circunstâncias julgadas necessárias aos esclarecimentos dos fatos, no máximo em 2 (duas) horas do ocorrido;
- m) Interagir com o Serviço de Controle Técnico (Help Desk) da Secretaria de Telecomunicações para atualização dos bancos de dados de telecomunicações controlados pelo Sistema STELE; e,
- n) Emitir relatórios de atividades.

### **II – Grupo de Serviço II:**

Serviços relativos à organização e controle cadastral de terminais e de usuários do Serviço de Telefonia Móvel, no período de 08:30 às 20:30 horas:

- a) Execução das Ordens de Serviço do Sistema Telefônico Celular demandadas pelo Senado Federal;
- b) Orientação e apoio aos usuários sobre os trâmites em caso de furto, roubo ou perda de aparelhos;
- c) Geração de relatórios para rateio dos valores por usuário ou por área definida pelo Senado, de acordo com políticas e definições solicitadas pelo Senado Federal;
- d) O cadastro e o estabelecimento de limites de utilização (Minutos ou Reais) conforme o perfil de cada usuário e política do Senado Federal;
- e) As informações devem permitir a identificação pelos próprios usuários diretamente nos relatórios de consumo das chamadas particulares;
- f) Envio de informações de valores excedentes para usuários e ao departamento financeiro responsável pelo recolhimento dos ressarcimentos.
- g) Substituição de aparelhos e de números de linhas celulares;
- h) interação com a operadora para solicitar as reposições quando for necessário;





## SENADO FEDERAL

- i) Pré-análise de defeitos de aparelho e, se necessário, endereçamento para o atendimento da operadora ou do respectivo fabricante;
- j) Acompanhamento integral dos encaminhamentos de solicitações para o atendimento da operadora ou de Fabricante de aparelhos;
- k) Substituição de aparelhos e de números de linhas celulares
- l) Comunicar imediatamente ao gestor qualquer problema relativo à operação do Serviço de Telefonia Móvel do Senado Federal e, no menor espaço de tempo possível, reduzir a termo as comunicações verbais, acrescentando todos os dados e circunstâncias julgadas necessárias aos esclarecimentos dos fatos, no máximo em 2 (duas) horas do ocorrido;
- m) Interagir com o Serviço de Controle Técnico (Help Desk) da Secretaria de Telecomunicações para atualização dos bancos de dados de telecomunicações controlados pelo Sistema STELE;
- n) Demais atividades correlatas à manutenção, programação, controle e operação do Serviço Móvel Pessoal do Senado Federal.
- o) Emitir relatórios de atividades.

### **III – Grupo de Serviço III:**

Serviços relativos à instrução de uso e configurações de aparelhos do Serviço de Telefonia Móvel, no período de 08:30 às 20:30 horas:

- a) Execução das Ordens de Serviço do Sistema Telefônico Celular demandadas pelo Senado Federal;
- b) Esclarecimento de dúvidas de usuários sobre dispositivos adquiridos da operadora do SMP (aparelhos e modems);
- c) Esclarecimento de dúvidas sobre utilização de serviços e senhas (PIN, PUK, caixa postal, agenda, débito automático, senha única e segunda via de faturas);
- d) Esclarecimento de dúvidas sobre serviços de valor agregado (serviços de SMS, MMS, vídeo chamada, siga-me, te ligou, identificador de chamada, conferência, caixa postal, chamada em espera, agenda, entretenimento, personalização, interação, dados, etc.);
- e) Esclarecimento de dúvidas sobre aplicativos e soluções de mobilidade (software de controle, W-VPN, multi-torpedo, mensageria);
- f) Esclarecimento de dúvidas de usuários sobre condições comerciais contratadas da operadora do SMP (cobertura existente, planos de serviços, tarifas, assinaturas, pacotes e serviços opcionais de voz e dados);





## SENADO FEDERAL

- g) Execução de Backup e restauração de agenda e dados nos terminais celulares disponibilizados;
- h) Realização de configurações na integração entre os terminais móveis e a Rede de Informática do Senado Federal;
- i) Realizar verificações e testes nos terminais celulares;
- j) Instalar programas de atualizações nos terminais celulares;
- k) Fornecer instruções de uso e prestar suporte as programações dos aparelhos telefônicos celulares;
- l) Distribuir aos usuários manuais de uso, fichas de atendimentos, ofícios, atos e circulares pertinentes ao serviço;
- m) Verificação de pedidos e execução de programações gerais de facilidades nos Sistemas de Telecomunicações da Operadora do SMP
- n) Acompanhar as manutenções técnicas que as OPERADORAS ou seus representantes legais realizarem no âmbito do Senado Federal, quando devidamente autorizadas pelo gestor;
- o) Detectar falhas e pedidos de correção na infraestrutura das Centrais da OPERADORA no âmbito do Senado Federal, inclusive em outras instalações quando relacionadas ao serviço móvel contratado, se devidamente requeridos e autorizados pelo Senado Federal
- p) Comunicar imediatamente ao gestor qualquer problema relativo à operação do Serviço de Telefonia Móvel do Senado Federal e, no menor espaço de tempo possível, reduzir a termo as comunicações verbais, acrescentando todos os dados e circunstâncias julgadas necessárias aos esclarecimentos dos fatos, no máximo em 2 (duas) horas do ocorrido;
- q) Interagir com o Serviço de Controle Técnico (Help Desk) da Secretaria de Telecomunicações para atualização dos bancos de dados de telecomunicações controlados pelo Sistema STELE;
- r) Demais atividades correlatas à manutenção, programação, controle e operação do Serviço Móvel Pessoal do Senado Federal.
- s) Emitir relatórios de atividades.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - A realização eventual de serviços extraordinários deverá ser solicitada, autorizada e justificada pelo Gestor, sempre observando a regra estabelecida no item XXI da Cláusula Segunda.

**PARÁGRAFO OITAVO** - Todos os serviços serão executados diretamente e sob a orientação e comando da CONTRATADA por intermédio de seu preposto.



## SENADO FEDERAL

**PARÁGRAFO NONO** – Ao SENADO não caberá qualquer ônus pela rejeição dos serviços considerados inadequados pelo gestor.

### CLÁUSULA QUINTA - DOS NÍVEIS DE SERVIÇO

A CONTRATADA deverá prestar os serviços definidos no edital, seus anexos e neste contrato, de acordo com os níveis de serviço abaixo especificados, estando sujeita a glosas pelo descumprimento do Acordo de Níveis de Serviços.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A CONTRATADA assumirá a inteira responsabilidade pelo funcionamento e disponibilidade dos serviços contratados, reconhecendo que o não atendimento dos níveis de serviços poderá resultar em impacto adverso e relevante nos negócios e nas operações do SENADO.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A CONTRATADA deverá garantir o cumprimento dos indicadores de desempenho para os grupos de serviços, descritos a seguir:

**I - Índice de Disponibilidade dos Serviços (IDS):** representa o percentual de tempo efetivo de operação por grupo de serviços.

- a. O **IDS** será apurado diariamente;
- b. O **IDS** será igual ao tempo total em que os serviços estiveram disponíveis, dividido pelo tempo total contratado por dia, conforme estabelecido na cláusula Quarta, Parágrafo Segundo - Frequência e Periodicidade;
- c. O **IDS** que deverá ser garantido pela contratada é de 100,00% (cem por cento) por dia.

**II - Nível de Serviço (NS):** representa a porcentagem dos serviços executados dentro dos prazos estabelecidos neste ANS, por grupo de serviço.

- a. O **NS** será apurado diariamente;
- b. O **NS** será apurado para os grupos de serviços previstos neste Projeto Básico;
- c. A apuração dos dados para cálculo do **NS** será efetuada com dados lançados em planilha eletrônica;
- d. O cálculo do percentual do **NS** diário será calculado com auxílio de planilha eletrônica, onde se irá apurar o percentual executado tempestivamente de todas as atividades solicitadas, obedecendo à seguinte fórmula:



SENADO FEDERAL

Descrição do registro	Sigla
Quantidade de Serviços Solicitados	QSS
Quantidade de Serviços Executados Tempestivamente	QSET

$$\text{Nível de serviço (\%)} = \frac{\text{QSET}}{\text{QSS}} \times 100 \%$$

- e. O **NS** para os grupos de serviços deverá ser de 90% (noventa por cento);  
f. Planilhas de Cálculo de NS:

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Para o cálculo da Quantidade de Serviços Executados Tempestivamente – QSET, é considerado o total de solicitações atendidas dentro do **Tempo de Atendimento Máximo**, em horas e minutos decorridos, que é definido como sendo o prazo que a CONTRATADA tem para resolver o problema descrito, retornar o serviço ao seu correto funcionamento e/ou disponibilidade.

**PARÁGRAFO QUARTO** - No dia seguinte será calculado o total de serviços que atenderam tempestivamente – Coluna “Dentro do Prazo Estabelecido (sim/não)” – este é o valor do registro Quantidade de Serviços Executados Tempestivamente – QSET utilizado na fórmula de cálculo do NS, conforme tabelas 4 a 6, as quais deverão ser preenchidas com os dados necessários para cada serviço solicitado. As tabelas são as seguintes:

1. Nível de Serviço para o Grupo de Serviço I – NSGS-I

Grupo de Serviço	Item	Atividades	Tempo de Atendimento Máximo em horas úteis	Hora inicial (HI)	Hora Final (HF)	Intervalo de Execução (HF – HI)	Dentro do Prazo Estabelecido (sim/não)
I	1	Controle de Contas	96:00*				
I	2	Controle de Estoque – Aparelho Móvel Celular	07:00				
I	3	Controle de Pagamentos de Contas das Operadoras	72:00*				
I	4	Controle de Processos	00:50				
I	5	Controle de processos referentes a solicitações às operadoras	02:00				
I	6	Cópias de Documentos	00:30				



## SENADO FEDERAL

Grupo de Serviço	Item	Atividades	Tempo de Atendimento Máximo em horas úteis	Hora inicial (HI)	Hora Final (HF)	Intervalo de Execução (HF – HI)	Dentro do Prazo Estabelecido (sim/não)
I	7	Elaboração de Listas	02:00				
I	8	Elaboração de Relatórios	02:00				
I	9	Entrega de Documentos	02:00				
I	10	Organização, classificação em caixas arquivo	05:00				
I	11	Serviço de Protocolo	00:30				
I	12	Tramitação de Processos - Sistema CAD	00:30				
I	13	Treinamentos internos	72:00*				
<b>QSS: Quantidade de Serviços Solicitados</b>							
<b>QSET: Quantidade de Serviços Executados Tempestivamente</b>							
$\text{Nível de serviço (\%)} = \frac{\text{QSET}}{\text{QSS}} \times 100\%$							

\* Tempo de Atendimento Máximo em horas corridas

**Tabela 4: Nível de Serviço para o Grupo de Serviço I – NSGS-I**

## 2.

### Nível de Serviço para o Grupo de Serviço II – NSGS-II

Grupo de Serviço	Item	Atividades	Tempo de Atendimento Máximo em horas úteis	Hora inicial (HI)	Hora Final (HF)	Intervalo de Execução (HF – HI)	Dentro do Prazo Estabelecido (sim/não)
II	14	Atualização de cadastro	02:00				
II	15	Conferências e Auditoria de Contas	72:00*				
II	16	Controle de Cotas	96:00*				
II	17	Controle de Extravio de Aparelho	00:40				
II	18	Criação e Alteração de Cota	02:00				
II	19	Devolução de Aparelho	02:00				



## SENADO FEDERAL

II	20	Devolução de Linha por <b>PARTE</b> do usuário ao SETM	02:00				
II	21	Empréstimo de linha e aparelho	01:00				
II	22	Entrega de Contas	02:00				
II	<b>23</b>	Entrega de Ordem de Serviço	01:30				
II	24	Troca de Usuário	02:00				
II	25	Ativação de linhas	02:00				
II	26	Ativação de Roaming Internacional	03:00				
II	27	Bloqueio de linha	02:00				
II	28	Desativação de linha	02:00				
II	29	Desbloqueio de linha	02:00				
II	30	Devolução de aparelhos celulares à operadora de SMP	48:00*				
II	31	Devolução/cancelamento de linha à operadora SMP	02:00				
II	32	Recebimento de linhas (acessos)	06:00				
II	33	Transferência de portabilidade	72:00*				
II	34	Transferência de titularidade	48:00*				
<b>QSS: Quantidade de Serviços Solicitados</b>							
<b>QSET: Quantidade de Serviços Executados Tempestivamente</b>							
$\text{Nível de serviço (\%)} = \frac{\text{QSET}}{\text{QSS}} \times 100 \%$							

\* Tempo de Atendimento Máximo em horas corridas

**Tabela 5: Nível de Serviço para o Grupo de Serviço II – NSGS-II**

### 3. Nível de Serviço para o Grupo de Serviço III – NSGS-III

Grupo de Serviço	Item	Atividades	Tempo de Atendimento Máximo em horas úteis	Hora inicial (HI)	Hora Final (HF)	Intervalo de Execução (HF – HI)	Dentro do Prazo Estabelecido (sim/não)
III	35	Atendimento “in Loco” a Gabinetes	01:30				
III	36	Atendimento “in Loco” a Residências Oficiais	02:30				



## SENADO FEDERAL

III	37	Configurações de serviços disponibilizados pelo Senado Federal	03:00				
III	38	Demonstração de aparelho	02:00				
III	39	Entrega de aparelhos	02:00				
III	40	Instrução de uso e operação	02:00				
III	41	Programação de aparelhos	03:00				
III	42	Transferência de dados	02:00				
III	43	Troca de aparelho	02:00				
III	44	Acompanhamento Técnico	24:00*				
III	45	Ativação de serviços	02:00				
III	46	Desativação de serviços	02:00				
III	47	Manutenção corretiva	24:00*				
III	48	Troca de número	02:00				
QSS: Quantidade de Serviços Solicitados							
QSET: Quantidade de Serviços Executados Tempestivamente							
$\text{Nível de serviço (\%)} = \frac{\text{QSET}}{\text{QSS}} \times 100 \%$							

\* Tempo de Atendimento Máximo em horas corridas

Tabela 6: Nível de Serviço para o Grupo de Serviço III – NSGS-III

**PARÁGRAFO QUINTO** – Os serviços prestados pelos agentes dos grupos de serviços aos usuários do SMP serão avaliados pelo **Índice de Qualidade do Atendimento (IQA)**, conforme descrito abaixo:

- O IQA será apurado mensalmente;
- Os dados para a apuração do IQA serão obtidos a partir das respostas do questionário do Controle de Qualidade do Serviço de Atendimento ao Usuário/STELE;
- O IQA que deverá ser garantido pela contratada é de, no mínimo, 85,00% (oitenta e cinco por cento), somados os quesitos “Excelente” e “Bom”, 10% (dez por cento) para o “Regular” e máximo de 5% (cinco por cento) “Ruim” do total dos questionários respondidos pelos usuários, por grupo de serviço, por mês.

**Taxa de Digitalização de Documentos (TDD)** é o percentual que representa a digitalização e arquivamento dos documentos gerados e/ou recebidos pelo SETM.

- A TDD será apurada semanalmente;
- A TDD será igual ao total de documentos digitalizados, dividido pela soma de documentos gerados e recebidos pelo SETM na semana;



## SENADO FEDERAL

- c. Caberá ao Técnico do SETM a apuração dos dados para cálculo da **TDD**, por meio de vistoria nos arquivos de documentos e por relatórios gerados pelo Sistema de Gerenciamento e Informações do Sistema Telefônico do Senado Federal;
- d. A **TDD** mínima que deverá ser garantida pela Contratada é de 95,00%;

**Indicador de Backup (IB)** é o indicador da operação de realização de cópia de segurança dos dados do Sistema de Gerenciamento e Informações do Sistema Telefonia Móvel do Senado Federal e documentos digitalizados.

- a. O **IB** será apurado quinzenalmente;
- b. O **IB** será considerado em conformidade se, e somente se, for entregue cópia do backup em mídia DVD, fornecida pela contratada, após testes realizados pelo técnico do SESTT;
- c. A cópia deverá ser realizada no primeiro dia útil após o término da quinzena, e com prazo máximo de 03 (três) dias úteis para a sua entrega.

**PARÁGRAFO SEXTO** - Durante os primeiros 30 (trinta) dias corridos após o início da operação, considerar-se-á a implantação como uma curva de aprendizado. Somente após esse período, será cobrado o fiel cumprimento dos indicadores de desempenho aqui estabelecidos.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – O SENADO realizará avaliação dos Serviços no Mês SEM Contingência, conforme Critérios de Avaliação estabelecidos abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	VALOR MÍNIMO	PERIODICIDADE DA AVALIAÇÃO	FAIXA	PONTUAÇÃO POR AVALIAÇÃO INSATISFATÓRIA
01	ÍNDICE DE DISPONIBILIDADE DE DOS SERVIÇOS - IDS	100,00%	Diária, por grupo de serviços.	90,00% ≤ IDS < 100,00%	0,15 ponto
				80,00% ≤ IDS < 90,00%	0,20 ponto
				60,00% ≤ IDS < 80,00%	0,25 ponto
				IDS < 60,00%	0,30 ponto
02	NÍVEL DE SERVIÇO - NS	90,00%	Diária, para cada grupo de serviços.	80,00% ≤ NS < 90,00%	0,05 ponto
				70,00% ≤ NS < 80,00%	0,10 ponto
				60,00% ≤ NS < 70,00%	0,15 ponto
				NS < 60,00%	0,20 ponto
03	ÍNDICE DE QUALIDADE DO ATENDIMENTO - IQA	85,00%	Mensal do SETM, somados os quesitos "Excelente" e "Bom" do questionário	80,00% ≤ IQA < 85,00%	0,30 ponto
				75,00% ≤ IQA < 80,00%	0,50 ponto
				70,00% ≤ IQA < 75,00%	0,70 ponto
				IQA < 70,00%	0,90 ponto
03.a	ÍNDICE DE QUALIDADE DO ATENDIMENTO	10,00%	Mensal do SETM, do quesito "Regular" do	9,0% ≤ IQA < 10,00%	0,30 ponto
				8,0% ≤ IQA < 9,0%	0,50 ponto





## SENADO FEDERAL

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	VALOR MÍNIMO	PERIODICIDADE DA AVALIAÇÃO	FAIXA	PONTUAÇÃO POR AVALIAÇÃO INSATISFATÓRIA
	- IQA		questionário	7,0% ≤ IQA < 8,0%	0,70 ponto
				IQA < 6,0%	0,90 ponto
04	TAXA DE DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS - TDD	95,00%	Semanal	90,00% ≤ TDD < 95,00%	0,10 ponto
				85,00% ≤ TDD < 90,00%	0,20 ponto
				80,00% ≤ TDD < 85,00%	0,30 ponto
				TDD < 80,00%	0,40 ponto
05	INDICADOR DE BACKUP - IB	Conformidade	Quinzenal		5,00 pontos

**Tabela 7: Critérios de Avaliação**

- a. À CONTRATADA serão atribuídos 100 (cem) pontos mensais, não cumulativos, dos quais serão descontados pontos por descumprimento dos indicadores de desempenho, conforme descrição e pontuação apresentadas na tabela 7: Critérios de Avaliação.

I - O cálculo da Nota de Avaliação será efetuado pelo SENADO, conforme abaixo:

- a. A nota inicial no primeiro dia do mês será de 100 pontos;
- b. Os pontos perdidos serão calculados conforme descrito na tabela de avaliação apresentada na Cláusula Quinta do Parágrafo quarto Critérios de Avaliação.

**Nota de Avaliação (NA) = 100 - (Somatório dos Pontos perdidos)**

II - Sempre que a Nota de Avaliação atingir valor inferior a 90,00 (noventa) pontos poderá ser aplicada, através de proposição da Contratante que considerará as justificativas apresentadas, glosas à contratada de acordo com tabela pré-estabelecida.

**PARÁGRAFO OITAVO** - O SENADO realizará avaliação dos Serviços no Mês COM Contingência, conforme disposto abaixo:

I - Para cálculo da Nota de Avaliação será considerado como Nota Inicial (NI) o valor proporcional aos dias de atendimento normal, conforme abaixo:

$$\text{Nota Inicial (NI)} = \frac{(\text{N}^\circ \text{ de dias trabalhados no mês} \times \text{N}^\circ \text{ de dias com contingência})}{\text{N}^\circ \text{ de dias úteis do mês}} \times 100$$

$$\text{Nota de Avaliação} = \frac{(\text{NI} - \text{Somatório dos Pontos Perdidos})}{\text{NI}} \times 100$$

Exemplo:



## SENADO FEDERAL

Se no mês houver expediente de trabalho em 22 dias e em dois dias ocorrerem contingências:

$$\text{Nota Inicial (NI)} = \frac{22-2}{22} \times 10 = 90,90$$

Nota Inicial = 90,90 pontos

Nesse caso, 90,90 pontos corresponderá ao valor máximo de pontos possíveis de serem mantidos no mês (100% dos pontos), sendo o seu valor utilizado como referência para cálculo da Nota de Avaliação, que será medida em percentual da Nota Inicial.

Seguindo o exemplo, se dessa Nota Inicial forem descontados 0,30 pontos:

$$\text{Nota de Avaliação} = \frac{90,90 - 0,3}{90,90} \times 100 = 99,67\%$$

**PARÁGRAFO NONO** - Para atender à Avaliação dos Serviços, sempre que a Nota de Avaliação atingir valor inferior a 90,00 (noventa) pontos será aplicada glosa à fatura apresentada pela contratada, conforme planilha abaixo:

ITEM	NOTA DE AVALIAÇÃO (NA)	Notificação/Glosa
01	NA ≥ 90,00	Sem aplicação de glosas à Contratada.
02	80,00 ≤ NA < 90,00	Notificação registrada no Livro de Ocorrências.
03	70,00 ≤ NA < 80,00	Glosa de 2,00% sobre o valor faturado no mês da ocorrência.
04	60,00 ≤ NA < 70,00	Glosa de 4,00% sobre o valor faturado no mês da ocorrência.
05	50,00 ≤ NA < 60,00	Glosa de 10,00% sobre o valor faturado no mês da ocorrência.
06	NA < 50,00	Glosa de 15,00% sobre o valor faturado no mês da ocorrência.
07	02 (duas) Notificações em meses consecutivos, ou 01 (uma) Notificação e uma Glosa ou vice-versa em meses consecutivos.	Adicionar Glosa de 2,00% sobre valor faturado no mês de aplicação da segunda Glosa ou Notificação.

**Tabela 8: Glosas na Fatura Apresentada para Avaliação dos Serviços**

## CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

O SENADO pagará à CONTRATADA, pelo objeto deste contrato, o valor mensal **estimado** de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), conforme proposta da CONTRATADA, de fls. \_\_\_\_\_, não sendo, em nenhuma hipótese, permitida a antecipação de pagamentos por serviços não executados ou executados de forma incompleta.



## SENADO FEDERAL

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O preço global anual estimado do presente contrato para o período de 12 (doze) meses consecutivos é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), compreendendo todas as despesas e custos diretos e indiretos, necessários à perfeita execução deste contrato, **observada a legislação trabalhista, previdenciária, tributária e convenção coletiva de trabalho.**

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - O SENADO pagará à CONTRATADA, acrescendo ao preço global mensal, mediante apresentação de fatura em separado, os valores referentes a eventual serviço extraordinário realizado, quando esgotados todos os meios de utilização do “BANCO DE HORAS”, respeitado o limite fixado pela legislação, por empregado, na conformidade do inciso XXI da Cláusula Segunda deste contrato.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Os pagamentos serão efetuados mensalmente, condicionados ao prévio atestamento dos serviços pelo gestor, por intermédio de depósito em conta bancária da CONTRATADA, mediante o recebimento da nota fiscal-fatura, em 2 (duas) vias, com a discriminação dos serviços, cuja data de emissão não poderá ser anterior à do último dia do mês vencido.

**PARÁGRAFO QUARTO** - A primeira nota fiscal-fatura a ser apresentada terá como período de referência o dia de início da prestação dos serviços e o último dia desse mês, e as notas fiscais/fatura subseqüentes terão como referência o período compreendido entre o dia primeiro e o último dia de cada mês.

**PARÁGRAFO QUINTO** - Os pagamentos serão efetuados com prazo não superior a **30 (trinta) dias**, a contar do recebimento da nota fiscal-fatura, condicionados à apresentação de:

- I - prova de quitação da folha de pagamento específica deste contrato, relativamente ao período constante da nota-fiscal/fatura apresentada, a ser emitida pela instituição bancária que efetuar o crédito em conta corrente dos empregados dos valores referente tanto à remuneração mensal quanto ao 13º salário, conforme o caso, contendo o nome do funcionário e o valor do crédito promovido;
- II - espelho da folha de pagamento dos empregados a serviço do SENADO específica deste contrato;
- III - comprovantes de fornecimento de auxílio-transporte e auxílio-alimentação aos empregados da CONTRATADA que prestem os serviços objeto do presente contrato;
- IV - planilhas de custos de cada categoria e informações sobre qualquer outra vantagem;



## SENADO FEDERAL

- V** - planilha discriminada com o controle de frequência dos profissionais no horário ordinário e extraordinário, observado o que trata o inciso XXI da Cláusula Segunda deste instrumento, no caso de eventual prestação de serviços extraordinários;
- VI** – apresentação da garantia prevista na Cláusula Décima do contrato;
- VII** - guias de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP) e das Guias de Relação de Empregados (GRE); bem como, de regularidade com o Instituto Nacional do Seguro Social (CND) e com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (CRF), a Certidão Conjunta Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais, e ainda, a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

**PARÁGRAFO SEXTO** – Eventual(is) irregularidade(s) constatada(s) na apresentação dos documentos elencados no Parágrafo Quinto ensejarão a suspensão do pagamento até que haja a regularização da pendência por parte da CONTRATADA pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias, sem prejuízo da possibilidade de aplicação de penalidade, bem como de rescisão unilateral pela Administração.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – A falta de qualquer empregado, sem a reposição prevista no inciso XXIII, “a” da Cláusula Segunda, implicará desconto automático de 1/30 (um trinta avos) do valor unitário mensal da categoria, por dia, sem prejuízo da incidência da multa contratual prevista no parágrafo sétimo da Cláusula Décima Segunda.

**PARÁGRAFO OITAVO** - As eventuais despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças ou agências são de responsabilidade da CONTRATADA.

**PARÁGRAFO NONO** - Havendo vício a reparar em relação à nota fiscal/fatura apresentada ou em caso de descumprimento pela CONTRATADA de obrigação contratual, o prazo constante do parágrafo quinto desta cláusula será suspenso até que haja reparação do vício ou adimplemento da obrigação.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre o término do prazo referido no parágrafo quinto e a data do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:



SENADO FEDERAL

$$I = i / 365 \quad I = 6 / 100 / 365 \quad I = 0,00016438$$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%

### CLÁUSULA SÉTIMA – DA REPACTUAÇÃO

A repactuação deste contrato é permitida, desde que observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data limite para apresentação da proposta para os itens constantes nos módulos 2 e 3 da planilha de formação de custos por categoria que não sejam estipulados pela CCT que regula a contratação; ou da data do orçamento a que a proposta se referir para os valores provenientes de CCT que regula a contratação, admitindo-se como termo inicial a data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho vigente à época da apresentação da proposta, quando a maior parcela do custo da contratação for decorrente de mão-de-obra e estiver vinculada às datas-base destes instrumentos.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-base diferenciadas, a data inicial para a contagem da anualidade será a data-base da categoria profissional que represente a maior parcela do custo de mão-de-obra da contratação.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Nas repactuações subsequêntes à primeira, a anualidade será contada a partir da data da última repactuação ocorrida.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A repactuação será precedida de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo ou convenção coletiva que a fundamenta, devendo ser observada a adequação aos preços de mercado.

**PARÁGRAFO QUARTO** – A repactuação que não for solicitada durante a vigência do contrato, será objeto de preclusão a partir da assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato, salvo no caso de, no termo aditivo de prorrogação, for aposta cláusula que resguarde expressamente o direito à repactuação.

**PARÁGRAFO QUINTO** - É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

**PARÁGRAFO SEXTO** - Os efeitos financeiros da repactuação serão devidos somente a partir da data de assinatura do respectivo termo aditivo, admitindo-se a retroação dos efeitos exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão-de-obra e estiver vinculada a instrumento legal, acordo, convenção ou sentença normativa que contemple data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada



## SENADO FEDERAL

para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - A Administração poderá prever o pagamento retroativo do período que a proposta de repactuação permaneceu sob sua análise, por meio de Termo de Reconhecimento de Dívida, devendo esse período ser contado como tempo decorrido para fins de contagem da anualidade da próxima repactuação.

**PARÁGRAFO OITAVO** – Desde que acordado entre as partes, o valor contratual do objeto da repactuação poderá ter sua vigência iniciada em data futura, sem prejuízo da contagem de periodicidade para as próximas concessões.

### CLÁUSULA OITAVA - DOS ACRÉSCIMOS E DAS SUPRESSÕES

A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até o limite legal estabelecido no art. 65, inciso II, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93.

### CLÁUSULA NONA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária classificada como Programa de Trabalho 000050 e Natureza de Despesa 339039, tendo sido empenhadas mediante a Nota de Empenho nº \_\_\_\_\_.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Para os exercícios futuros, o SENADO emitirá notas de empenho, indicando a dotação orçamentária à conta da qual correrão as despesas, independentemente de celebração de termo aditivo.

### CLÁUSULA DÉCIMA - DA GARANTIA

A CONTRATADA prestará garantia de R\$ \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global deste contrato, nos termos do art. 56 da Lei nº 8.666/93, em uma das seguintes modalidades:

I - caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

II - seguro-garantia; ou

III - fiança bancária.





## SENADO FEDERAL

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A CONTRATADA deverá efetivar a prestação da garantia e apresentar o comprovante respectivo ao Gestor do contrato, em até 10 (dez) dias corridos a contar do recebimento da via assinada do contrato.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A garantia será recalculada, nas mesmas condições e proporções, sempre que ocorrer modificação no valor deste contrato.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - No caso de vencimento, utilização ou recálculo da garantia, a CONTRATADA terá o prazo de 10 dias, a contar da ocorrência do fato, para renová-la ou complementá-la.

**PARÁGRAFO QUARTO** - A garantia será liberada, se for o caso, até 15 (quinze) dias após a comprovação do adimplemento de todas as verbas devidas aos empregados a título rescisório, observando-se os requisitos do Parágrafo [Quinto](#) da Cláusula Sexta.

**PARÁGRAFO QUINTO** - A garantia a que se refere esta cláusula terá vigência durante todo o prazo de execução do contrato, devendo se estender até o prazo de 3 (três) meses, após o término da vigência contratual.

**PARÁGRAFO SEXTO** – O valor da garantia não poderá ser decrescente em função da execução gradual do contrato, nem poderá a garantia estar condicionada a elementos externos à relação entre o SENADO e a CONTRATADA.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – Não se admitirá qualquer restrição ou condicionante à plena execução, pelo SENADO, da garantia ofertada em decorrência da execução do presente contrato, sobretudo se a garantia for apresentada em alguma das formas previstas nos incisos II e III.

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA FISCALIZAÇÃO

Caberá aos gestores designados pelo Diretor-Geral promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento deste contrato, observado o disposto no Ato da Comissão Diretora nº 02, de 2008.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

Pelo atraso injustificado na execução deste contrato ou pela sua inexecução total ou parcial, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades:

**I** - advertência;

**II** - multa;

**III** – suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o SENADO e seus órgãos supervisionados, pelo prazo de até 2 (dois) anos;



## SENADO FEDERAL

**IV** – impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e descredenciamento no SICAF e no cadastro de fornecedores do SENADO pelo prazo de até 05 (cinco) anos; e

**V** - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir ao SENADO os prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Sem prejuízo das sanções previstas nos incisos II e V desta Cláusula, com fundamento no art. 7º da Lei nº 10.520/02, a CONTRATADA ainda poderá ser impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores do SENADO pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantido o contraditório e a ampla defesa, sempre que ocorrer alguma das seguintes hipóteses:

- I** - apresentar documentação falsa;
- II** – fraudar na execução do contrato;
- III** – comportar-se de modo inidôneo;
- IV** – fazer declaração falsa;
- V** – cometer fraude fiscal.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A ocorrência de alguma das hipóteses constantes do parágrafo anterior enseja a rescisão unilateral do contrato, sujeitando-se a CONTRATADA à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Decorrido o prazo previsto para o início da execução deste contrato, sem a prestação dos serviços, será aplicada multa diária de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor global deste contrato até o limite de 30 (trinta) dias.

**PARÁGRAFO QUARTO** – A não apresentação da garantia contratual prevista na cláusula décima e da documentação prevista no Parágrafo Sexto da Cláusula Sexta sujeitará a CONTRATADA à multa de 0,1% (um décimo por cento), ao dia, sobre o valor global do contrato, até o limite de 30 (trinta) dias.

**PARÁGRAFO QUINTO** - Durante o período de 30 (trinta) dias previsto nos parágrafos terceiro e quarto, a critério do SENADO, este contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais sanções.

**PARÁGRAFO SEXTO** - Transcorrido o prazo de 30 (trinta) dias previsto no parágrafo terceiro, sem o início da prestação de serviços, será aplicada cumulativamente a multa





## SENADO FEDERAL

de 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato, sem prejuízo das demais sanções administrativas previstas nesta cláusula.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - Pelo descumprimento das obrigações contratuais ou execução insatisfatória dos serviços, omissão e outras faltas, a CONTRATADA ficará sujeita à multa, em percentuais definidos nos quadros a seguir, incidente sobre o valor contratual mensal vigente, sem prejuízo das outras sanções previstas em lei.

GRAU 1	
0,2% (dois décimos por cento)	
ITEM	INFRAÇÃO
1	Deixar de observar as determinações do SENADO quanto à permanência e circulação de seus empregados nos prédios, por ocorrência.
2	Deixar de manter seus empregados identificados, uniformizados e calçados adequadamente, por empregado e por ocorrência.
3	Deixar de manter a disciplina nos locais dos serviços e não retirar o empregado com conduta julgada inconveniente, por empregado e por dia.
4	Deixar de apresentar cópia autenticada das alterações contratuais, quando realizadas, por ocorrência.
5	Veicular publicidade acerca do serviço a que se refere o presente contrato, por ocorrência.
6	Deixar de manter durante a execução deste contrato as condições que ensejaram sua contratação, por ocorrência.

GRAU 2	
0,4% (quatro décimos por cento)	
ITEM	INFRAÇÃO
7	Deixar de exercer controle sobre a assiduidade e a pontualidade de seus empregados, por dia.
8	Deixar de atender à convocação do gestor para prestação de serviços em horário e dia extraordinários, por ocorrência.
9	Deixar de comunicar ao gestor e de registrar no Livro de Ocorrências as anormalidades verificadas na execução dos serviços, por ocorrência.
10	Deixar de substituir o empregado por outro que atenda às mesmas qualificações com relação ao substituído, quando solicitado pelo gestor deste contrato, por ocorrência.

GRAU 3	
0,8% (oito décimos por cento)	
ITEM	INFRAÇÃO
11	Deixar de cumprir as exigências relativas à higiene e segurança do trabalho e as normas disciplinares e orientações de segurança e de prevenção de incêndios, por ocorrência.
12	Atrasar ou deixar de executar, injustificadamente, serviço especificado, por ocorrência.



SENADO FEDERAL

13	Deixar de fornecer a seus empregados equipamentos de proteção e segurança do trabalho, de acordo com a legislação em vigor, exigindo-lhes o uso em serviço, por ocorrência.
----	---

GRAU 4	
1,6% (um vírgula seis décimos por cento)	
ITEM	INFRAÇÃO
14	Deixar de manter equipe técnica, nas quantidades necessárias e adequadas ao cumprimento de todas as tarefas, obedecida a abrangência do serviço, inclusive a equipe técnica mínima estabelecida.
15	Deixar observar a legislação trabalhista e previdenciária e de efetuar o pagamento de salários, auxílio-transporte, auxílio-alimentação e demais obrigações trabalhistas, previdenciárias, seguros, encargos fiscais e sociais, bem assim como todas as despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução deste contrato, por ocorrência.
16	Descontar do salário dos seus empregados o custo do uniforme e calçado, por empregado.

GRAU 5	
3,2% (três vírgula dois décimos por cento)	
ITEM	INFRAÇÃO
17	Interromper a realização dos serviços, por dia de paralisação.
18	Deixar de efetuar o pagamento de seguros, encargos fiscais e sociais, bem assim quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução deste contrato, por dia.
19	Deixar de indenizar o SENADO ou terceiros no caso de danos causados por seus empregados ou prepostos em razão da execução do presente contrato, por ocorrência.
20	Contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes até o 3º grau, na linha reta ou colateral, por consangüinidade ou afinidade, dos Senadores e servidores ocupantes de cargos ou funções comissionadas de direção, na forma dos Atos da Comissão Diretora do Senado Federal nº 12/2010 e 05/2011 e Decreto nº 7.203, de 2010.

**PARÁGRAFO OITAVO** – Para os casos da violação da estrita confidencialidade das informações recebidas e geradas em razão da execução do objeto deste contrato, aplicará multa de 5% do valor global do contrato, por ocorrência, até o limite de 10% do valor global do contrato.

**PARÁGRAFO NONO** – Para os casos de infrações contratuais não previstas nos parágrafos anteriores, o SENADO aplicará multa, a ser fixada entre os graus 1 e 5, em razão da gravidade apurada.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** – Os percentuais previstos nos quadros do Parágrafo Sétimo desta cláusula, somadas todas as penalidades aplicadas, não poderão superar, em



## SENADO FEDERAL

cada mês, o máximo de 15% (quinze por cento) do valor mensal do contrato, ressalvadas as hipóteses especiais dos Parágrafos Segundo e Sexto desta cláusula.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** – A reincidência na aplicação do percentual máximo previsto no parágrafo anterior poderá ensejar a rescisão unilateral do contrato.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO** – Além das multas previstas nos parágrafos anteriores, o contrato poderá ser rescindido unilateralmente nos termos do Parágrafo Quinto da Cláusula Décima Terceira, ficando ainda a CONTRATADA sujeita à multa correspondente a até 10% (dez por cento) do valor global deste contrato, fixada, a critério do SENADO, em função da gravidade apurada.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO** – A multa aplicada, após regular processo administrativo e garantido o direito de ampla defesa, será descontada das faturas emitidas pela CONTRATADA.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO** – Não ocorrendo quitação da multa, na forma do parágrafo anterior, será o valor remanescente descontado da garantia ou, em último caso, cobrado judicialmente.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A rescisão deste contrato se dará por ato unilateral e escrito do SENADO, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A rescisão poderá ocorrer ainda da seguinte forma:

I – determinada por ato unilateral e escrito do SENADO, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/1993;

II – amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o SENADO; ou

III – judicial, nos termos da legislação.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente do SENADO.

**PARÁGRAFO QUARTO** – Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.



## SENADO FEDERAL

**PARÁGRAFO QUINTO** – Ao SENADO é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei nº 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos §§ 1º e 2º do mesmo artigo, bem como as do artigo 80 da referida lei.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência por 12 (doze) meses consecutivos, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, a critério das partes e mediante termo aditivo, observado o artigo 57, II, da Lei n.º 8.666/93.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Caso as partes não se interessem pela prorrogação deste contrato, deverão manifestar sua vontade, no mínimo, 90 (noventa) dias antes do término da vigência contratual.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A CONTRATADA deverá, em até 30 dias contados da expiração do prazo do *caput*, apresentar comprovação de quitação de todos os débitos rescisórios de caráter trabalhista devidos aos seus empregados, segundo os requisitos do Parágrafo Quinto da Cláusula Sexta.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal no Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste contrato.

Assim ajustados, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas adiante designadas, que também o subscrevem.

Brasília-DF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

**SENADO FEDERAL**

**REPRESENTANTE  
CONTRATADA**

**Diretor da SADCON**

**Diretor da SSPLAC**



SENADO FEDERAL

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2013**

**ANEXO 05**

**(Processo nº 021.262/11-0)**

**MODELO DE DECLARAÇÃO**

**DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Declaramos que esta empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ (MF) nº \_\_\_\_\_, inscrição estadual nº \_\_\_\_\_, estabelecida no (a) \_\_\_\_\_ possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e administração pública:

Nome do Órgão/Empresa	Nº/Ano do Contrato	Valor total do contrato
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
Valor total dos Contratos		_____

Local e data

Assinatura e carimbo do emissor

Observações:

1. Esta declaração deverá ser emitida em papel que identifique a empresa;
2. O licitante deverá informar **todos** os contratos vigentes



SENADO FEDERAL

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2013**

**ANEXO 06**

**(Processo nº 021.262/11-0)**

**MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA**

A licitante deverá enviar sua proposta de preços, conforme modelo abaixo, à Comissão Permanente de Licitação, nos termos do Capítulo XI – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA.

<b>PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____ / ____</b>				
<b>Data de abertura:</b>				
<b>Nome da empresa:</b>				
<b>CNPJ:</b>				
<b>Endereço:</b>				
<b>CEP:</b>				
<b>Telefone: (DDD)</b>				
<b>Fax: (DDD)</b>				
<b>e-mail:</b>				
<b>Nome do Representante legal da empresa: (que irá assinar o contrato)</b>				
<b>CPF: (do representante legal da empresa que irá assinar o contrato)</b>				
<b>RG/órgão emissor: (do representante legal da empresa que irá assinar o contrato)</b>				
<b>Instrumento de outorga de poderes: (informar o tipo de documento)</b>				
<b>Item</b>	<b>Categoria</b>	<b>Quant. de funcionários por grupo</b>	<b>Valor unitário (R\$)</b>	<b>Valor total (R\$)</b>
1				
2				
3				
<b>VALOR GLOBAL MENSAL:</b>				
<b>VALOR GLOBAL ANUAL:</b>				
<b>SINDICATO DA CATEGORIA:</b>				
<b>DATA BASE DA CATEGORIA: DIA/MÊS/ANO:</b>				



SENADO FEDERAL

### Instruções de preenchimento:

A licitante deverá informar os preços por item, total do item, e total mensal e total global anual da proposta, seguindo a numeração constante no edital.

Os valores unitários e totais deverão ser grafados somente até os centavos, e, caso o somatório ultrapasse duas casas decimais deverão os valores ser arredondados da seguinte forma: quando a casa decimal imediatamente posterior às duas casas decimais dos centavos for igual ou superior a cinco aumenta-se a casa decimal anterior em uma unidade, e quando for inferior a cinco permanecerá a mesma inalterada, **observando-se que o valor apresentado no lance final deverá ser de qualquer maneira preservado, procedendo-se os arredondamentos, quando necessários, nos valores parciais e/ou dos individuais dos itens.**

A proposta de preços deverá estar datada e assinada.